



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



ANO XLVI - Nº 081 - SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2019. EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
184º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
56ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....03	INDICAÇÃO.....09
ORDEM DO DIA.....03	RESUMO DA ATA.....19
PAUTA.....03	ATAS.....20
SESSÃO ORDINÁRIA.....04	SESSÃO SOLENE.....21
MENSAGEM.....04	RESENHA.....26
MEDIDA PROVISÓRIA.....04	ORDEM DE SERVIÇO.....27
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.....06	CONTRATO.....27
PROJETO DE RESOLUÇÃO.....07	TERMO DE AJUSTE.....27
REQUERIMENTO.....08	OFÍCIO.....28

MESA DIRETORA

Deputado Othelino Neto

Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Glalbert Cutrim (PDT) | 1.º Secretário: Deputada Andreia Martins Rezende (DEM) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputada Detinha (PR) | 2.º Secretário: Deputada Dr.ª Cleide Coutinho (PDT) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputada Dr.ª Thaiza Hortegal (PP) | 3.º Secretário: Deputado Pará Figueiredo (PSL) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputado Roberto Costa (MDB) | 4.º Secretário: Deputada Daniella Tema (DEM) |

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO

- | | |
|--|--|
| 01. Deputado Adelmo Soares (PC do B) | 14. Deputado Glalbert Cutrim (PDT) |
| 02. Deputada Andreia Martins Rezende (DEM) | 15. Deputada Mical Damasceno (PTB) |
| 03. Deputado Antônio Pereira (DEM) | 16. Deputado Neto Evangelista (DEM) |
| 04. Deputado Ariston Sousa - (AVANTE) | 17. Deputado Othelino Neto (PC do B) |
| 05. Deputado Carlinhos Florêncio (PC do B) | 18. Deputado Pará Figueiredo (PSL) |
| 06. Deputada Daniella Tema (DEM) | 19. Deputado Pastor Cavalcante (PROS) |
| 07. Deputada Dr.ª Cleide Coutinho (PDT) | 20. Deputado Paulo Neto (DEM) |
| 08. Deputado Dr. Yglésio (PDT) | 21. Deputado Prof. Marco Aurélio (PC do B) |
| 09. Deputado Duarte Júnior (PC do B) | 22. Deputado Rafael Leitoa (PDT) |
| 10. Deputado Edivaldo Holanda (PTC) | 23. Deputado Ricardo Rios (PDT) |
| 11. Deputado Edson Araújo (PSB) | 24. Deputado Zé Gentil (PRB) |
| 12. Deputado Fábio Macedo (PDT) | 25. Deputado Zé Inácio Lula (PT) |
| 13. Deputado Felipe dos Pneus (PRTB) | 26. Deputado Zito Rolim (PDT) |

Líder: Deputado Prof. Marco Aurélio

Vice-Líderes: Deputado Adelmo Soares
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Duarte Jr.

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PR/PMN

01. Deputada Detinha (PR)
02. Deputado Dr. Leonardo Sá (PR)
03. Deputado Hélio Soares (PR)
04. Deputado Vinícius Louro (PR)
05. Deputado Wendell Lages (PMN)

Líder: Deputado Vinícius Louro

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - MDB/PV

01. Deputado Adriano (PV)
02. Deputado Arnaldo Melo (MDB)
03. Deputado César Pires (PV)
04. Deputado Rigo Teles (PV)
05. Deputado Roberto Costa (MDB)

Líder: Adriano

BLOCO PARL. SOLIDARIEDADE PROGRESSISTA

01. Deputado Ciro Neto (PP)
02. Deputada Dr.ª Helena Duailibe (Solidariedade)
03. Deputada Dr.ª Thaiza Hortegal (PP)
04. Deputado Fernando Pessoa (Solidariedade)
05. Deputado Rildo Amaral (Solidariedade)

Líder: Deputado Fernando Pessoa

PARTIDO SOCIAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

01. Deputado Wellington do Curso (PSDB)

LÍDER DO GOVERNO

Deputado Rafael Leitoa

LICENCIADO

Deputada Ana do Gás (PC do B) - Secretário de Estado
Deputado Márcio Honaiser (PDT) - Secretário de Estado
Deputado Marcelo Tavares (PSB) - Secretário de Estado



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares

Deputado Neto Evangelista
Deputado Rafael Leitão
Deputado Zé Inácio Lula
Deputado Antônio Pereira
Deputado Wendell Lages
Deputado Fernando Pessoa
Deputado César Pires

Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Duarte Jr.
Deputado Carlinhos Florencio
Deputado Vinícios Louro
Deputado Rildo Amaral
Deputado Adriano

PRESIDENTE
Dep. Neto Evangelista
VICE-PRESIDENTE
Dep. Zé Inácio Lula
REUNIÕES:
Terças-Feiras | 08:30
SECRETÁRIA

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE
Dep. Carlinhos Florencio

VICE-PRESIDENTE
Dep. Hélio Soares

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Titulares

Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Hélio Soares
Deputado Paulo Neto
Deputado Ricardo Rios
Deputado Zé Gentil
Deputado Ciro Neto
Deputado Rigo Teles

Suplentes

Deputado Fábio Macedo
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Adelmo Soares
Deputado Vinícios Louro
Deputado Fernando Pessoa
Deputado Adriano

III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

Titulares

Deputado Hélio Soares
Deputado Edivaldo Holanda
Deputada Mical Damasceno
Deputado Zé Inácio Lula
Deputado Ricardo Rios
Deputado Rildo Amaral
Deputado César Pires

Suplentes

Deputado Antônio Pereira
Deputado Adelmo Soares
Deputado Duarte Jr.
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Wendell Lages
Deputado Ciro Neto
Deputado Adriano

PRESIDENTE
Dep. Hélio Soares
VICE-PRESIDENTE
Dep. Edivaldo Holanda
REUNIÕES:
SECRETÁRIO

IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

PRESIDENTE
Dep. Adelmo Soares

VICE-PRESIDENTE
Dep. Vinícios Louro

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Titulares

Deputado Adelmo Soares
Deputado Vinícios Louro
Deputado Duarte Jr.
Deputada Mical Damasceno
Deputado Neto Evangelista
Deputado Fernando Pessoa
Deputado Arnaldo Melo

Suplentes

Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Zé Gentil
Deputado Felipe dos Pneu
Deputado Paulo Neto
Deputado Hélio Soares
Deputado Rigo Teles

V - Comissão de Saúde

Titulares

Deputado Ricardo Rios
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Felipe dos Pneu
Deputado Antonio Pereira
Deputado Vinícios Louro
Deputado Rildo Amaral
Deputado Adriano

Suplentes

Deputado Rafael Leitão
Deputado Fábio Macedo
Deputado Edson Araújo
Deputado Zé Inácio Lula
Deputado Wendell Lages
Deputado Ciro Neto
Deputado Arnaldo Melo

PRESIDENTE
Dep. Ricardo Rios
VICE-PRESIDENTE
Dep. Dr. Yglésio
REUNIÕES:
Quartas-Feiras | 08:30
SECRETÁRIA

VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE
Dep. Dr. Yglésio

VICE-PRESIDENTE
Dep. Hélio Soares

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Titulares

Deputado Dr. Yglésio
Deputado Hélio Soares
Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Adelmo Soares
Deputado Ciro Neto
Deputado Rigo Teles

Suplentes

Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Neto Evangelista
Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Zé Inácio Lula
Deputado Wendell Lages
Deputado Rildo Amaral
Deputado Arnaldo Melo

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Titulares

Deputado Duarte Jr.
Deputado Zé Inácio Lula
Deputado Edson Araújo
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Wendell Lages
Deputada Drª Helena Duailibe
Deputado Adriano

Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Paulo Neto
Deputado Neto Evangelista
Deputado Wellington do Curso
Deputado Leonardo Sá
Deputado César Pires

PRESIDENTE
Dep. Duarte Jr.
VICE-PRESIDENTE
Dep. Zé Inácio Lula
REUNIÕES:
Terças-Feiras | 08:30
SECRETÁRIA
Silvana Almeida

VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

PRESIDENTE
Dep. Felipe dos Pneu

VICE-PRESIDENTE
Dep. Leonardo Sá

REUNIÕES:
Quartas-Feiras | 08:30

SECRETÁRIA

Titulares

Deputado Felipe dos Pneu
Deputado Leonardo Sá
Deputada Mical Damasceno
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Paulo Neto
Deputado Fernando Pessoa
Deputado Adriano

Suplentes

Deputado Zé Gentil
Deputado Rafael Leitão
Deputado Fábio Macedo
Deputado Vinícios Louro
Deputado Rildo Amaral
Deputado Arnaldo Melo

IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Rigo Teles
Deputado Rafael Leitão
Deputado Adelmo Soares
Deputado Zé Gentil
Deputado Zito Rolim
Deputado Leonardo Sá
Deputado Wellington do Curso

Suplentes

Deputado Antonio Pereira
Deputado Duarte Jr.
Deputado Neto Evangelista
Deputado Ricardo Rios
Deputado Hélio Soares
Deputado Ciro Neto
Deputado César Pires

PRESIDENTE
Dep. Rigo Teles
VICE-PRESIDENTE
Dep. Rafael Leitão
REUNIÕES:
SECRETÁRIA

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE
Dep. Vinícios Louro

VICE-PRESIDENTE
Dep. Ricardo Rios

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Titulares

Deputado Vinícios Louro
Deputado Ricardo Rios
Deputado Edson Araújo
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Zé Gentil
Deputada Drª Helena Duailibe
Deputado César Pires

Suplentes

Deputado Adelmo Soares
Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Leonardo Sá
Deputado Rildo Amaral
Deputado Arnaldo Melo
Deputado Rigo Teles

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares

Deputado Fábio Macêdo
Deputado Wendell Lages
Deputado Zito Rolim
Deputado Antônio Pereira
Deputado Paulo Neto
Deputado Ciro Neto
Deputado Arnaldo Melo

Suplentes

Deputado Dr. Yglésio
Deputado Zé Inácio Lula
Deputada Mical Damasceno
Deputado Wellington do Curso
Deputado Leonardo Sá
Deputado Fernando Pessoa
Deputado César Pires

PRESIDENTE
Dep. Fábio Macêdo
VICE-PRESIDENTE
Dep. Wendell Lages
REUNIÕES:
SECRETÁRIA

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE
Dep. Rildo Amaral

VICE-PRESIDENTE
Dep. Duarte Jr.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO

Titulares

Deputado Rildo Amaral
Deputado Duarte Jr.
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Pastor Cavalcante
Deputado Rafael Leitão
Deputado Leonardo Sá
Deputado Arnaldo Melo

Suplentes

Deputado Felipe dos Pneu
Deputado Fábio Macêdo
Deputado Paulo Neto
Deputado Edson Araújo
Deputado Hélio Soares
Deputado Fernando Pessoa
Deputado Rigo Teles



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/05/2019 – 2ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE:**TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES**

1. BLOCO PARL. DEMOCRÁTICO PR/PMN.....08 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO.....08 MINUTOS
3. BLOCO PARL. SOLIDARIEDADE/PP.....08 MINUTOS
4. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....37 MINUTOS

COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇAS (Art. 87, § 5º do R.I.)

5. PSDB..... 5 MINUTOS

ORDEM DO DIA – SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27.05.2019

**I - PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 029/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO RIGO TELES, QUE ALTERA A REDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 546/2008, QUE INSTITUI O PRÊMIO CINEMATOGRAFICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ACATANDO ALTERAÇÃO SUGERIDA PELO RELATOR DEPUTADO CESAR PIRES.

II - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

2. REQUERIMENTO Nº 289/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO CÉSAR PIRES, SOLICITANDO QUE DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA EXPEDIDA CONVOCAÇÃO AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, CLAYTON NOLETO, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, EM DATA A SER AGENDADA ENTRE O CONVOCADO E A MESA, SOBRE A QUALIDADE DAS OBRAS E AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE DAS RODOVIAS ESTADUAIS.

3. REQUERIMENTO Nº 290/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO HÉLIO SOARES, SOLICITANDO QUE DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA DISCUTIDO E VOTADO EM REGIME DE URGÊNCIA, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE LOGO APÓS A APROVAÇÃO DO PRESENTE REQUERIMENTO, O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2019, QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 13/91, DE 25 DE OUTUBRO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE AUTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

III - REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DA MESA

4. REQUERIMENTO Nº 283/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO ZITO ROLIM, SOLICITANDO QUE DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA RETIRADO DE TRAMITAÇÃO O PROJETO DE LEI Nº 247/2019, DE SUA AUTORIA. TRANSFERIDO DEVIDO AUSÊNCIA DO AUTOR. (1ª SESSÃO).

5. REQUERIMENTO Nº 284/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO PARÁ FIGUEIREDO, SOLICITANDO QUE DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA RETIRADO DE TRAMITAÇÃO O PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 039/2019, DE SUA AUTORIA. TRANSFERIDO DEVIDO AUSÊNCIA DO AUTOR. (1ª SESSÃO).

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS**DATA: 27/05/2019****PRIORIDADE 1ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/19, de autoria do Ministério Público, enviado através da mensagem nº 7/2019, que cria 02(duas) Turmas Recursais permanentes a Comarca da Ilha de São Luís; altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 27 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão); acrescenta dispositivos na mesma Lei Complementar e dá outras providências.

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 276/19, de autoria da Senhora Deputada Daniella Tema, que estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos nas Escolas Públicas Estaduais do Maranhão.

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 045/19, de autoria da Senhora Deputada Daniella Tema, que concede a Medalha João do Vale a Senhorita Thaynara Oliveira Gomes.

3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 046/19, de autoria da Senhora Deputada Daniella Tema, que concede a Medalha João do Vale ao Senhor José Ribamar Coelho Santos – Zeca Baleiro.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 271/19, de autoria da Senhora Deputada Andreia Martins Rezende, que insere o festejo de Nossa Senhora de Fátima, no município de Vitorino Freire, no roteiro oficial de Turismo Religioso do Estado do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 272/19, de autoria do Senhor Deputado Leonardo Sá, que dispõe sobre a realização do Teste de Triagem Neonatal Teste do Pezinho, na Modalidade Ampliada em Recém-Nascidos, nos Hospitais, Maternidades e demais Estabelecimentos de Atenção à Saúde da Rede Pública e Privada, no Estado do Maranhão, com cobertura do Sistema Único de Saúde – SUS e dá outras providências.

3. PROJETO DE LEI Nº 273/19, de autoria do Senhor Deputado Duarte Junior, que dispõe sobre direitos quando constatada exposição de produtos com validade vencida ou com divergência de preço em mercados, hipermercados e supermercados do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 274/19, de autoria do Senhor Deputado Duarte Junior, que estabelece normas para o registro e o respectivo cancelamento, em bancos de dados, serviços de proteção ao crédito e congêneres, de consumidores, no Estado do Maranhão.

5. PROJETO DE LEI Nº 275/19, de autoria do Senhor Deputado Duarte Junior, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado e de lâmpadas que adotem tecnologia de maior eficácia energética e luminosa nos projetos de obras e nos serviços de engenharia executados por órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta nos Poderes do Estado do Maranhão.

6. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 044/19, de autoria da Senhora Deputada Andreia Martins Rezende, que concede a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman”, ao Doutor Rodrigo Lago.

7. MOÇÃO Nº 008/19, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, que manifesta extensa admiração ao trabalho desenvolvido pelos advogados Daniel Blume de Almeida e Thiago Brhanner Garcês Costa.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 265/19, de autoria da Senhora Deputada Helena Duailibe, que dispõe sobre o registro de grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados nas Escolas da Rede Pública e Privada do Estado do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 266/19, de autoria do Senhor Deputado Edivaldo Holanda, autoriza o Estado do Maranhão a fazer uso de veículos automotores apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas, e dá outras providências.



3. PROJETO DE LEI Nº 267/19, de autoria do Senhor Deputado Edivaldo Holanda, que proíbe os estabelecimentos do setor hoteleiro do Estado do Maranhão a utilizarem placas informativas com os dizeres que especifica.

4. PROJETO DE LEI Nº 268/19, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que altera a Lei nº 8.959, de 08 de maio de 2009, para dar poderes ao advogado constituído de autenticar cópias reprográficas de documentos, no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

5. PROJETO DE LEI Nº 269/19, de autoria do Senhor Deputado Paulo Neto, que considera de Utilidade Pública o “Instituto de Desenvolvimento Social José da Silva Calvet-INDESCA”.

DIRETORIA GERAL DA MESA, PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM 23 DE MAIO DE 2019.

Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Fábio Macedo.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Wellington do Curso.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Antônio Pereira.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adriano, Antônio Pereira, Ariston, Arnaldo Melo, Ciro Neto, Daniella Tema, Detinha, Doutor Leonardo Sá, Doutor Yglésio, Doutora Helena Duailibe, Duarte Júnior, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Fábio Macedo, Felipe dos Pneus, Glalbert Cutrim, Hélio Soares, Mical Damasceno, Pastor Cavalcante, Professor Marco Aurélio, Rigo Teles, Roberto Costa, Wellington do Curso, Wendell Lages, Zé Inácio Lula. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Andreia Martins Rezende, Carlinhos Florêncio, César Pires, Doutora Cleide Coutinho, Doutora Thaiza Hortegal, Fernando Pessoa, Neto Evangelista, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Paulo Neto, Rafael Leitao, Ricardo Rios, Rildo Amaral, Vinícius Louro, Zé Gentil e Zito Rolim.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura da Ata da Sessão anterior e do Texto Bfblico.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA (lê Texto Bíblico e Ata) – Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (lê Expediente).

II – EXPEDIENTE.

MENSAGEM Nº 029 /2019

São Luís, 23 de maio de 2019.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à deliberação dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas a presente Medida Provisória que altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências.

Nos termos do art. 14, §4º da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, com redação dada pela Lei nº 10.269/2015, aos servidores integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica que possuam dois cargos de 20 (vinte) horas na rede estadual de educação, é facultada a formalização de requerimento para unificação de matrículas e reenquadramento na tabela remuneratória de 40 (quarenta) horas semanais.

Atualmente, a execução da unificação é condicionada à exoneração da matrícula mais recente.

Nessa perspectiva, a presente Medida Provisória pretende permitir que o servidor integrante do Subgrupo Magistério da Educação Básica, ao requerer a unificação de matrícula para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, possa optar pela exoneração do primeiro ou do segundo cargo.

Para a unificação pela matrícula mais recente, o requerimento de unificação poderá ser formulado a qualquer tempo e para unificação de jornada pela matrícula mais antiga, o requerimento de unificação poderá ser formulado no prazo constante de edital específico lançado pela Secretaria de Estado da Educação, neste caso condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

É consabido que o princípio da eficiência, insculpido no art. 37, *caput* da Constituição Federal, impõe a execução dos serviços públicos com presteza e rendimento funcional, bem como a reorganização da estrutura administrativa com vistas a obter a qualidade da execução das atividades a seu cargo.

A partir da unificação de matrículas, o Estado do Maranhão poderá melhor organizar o quadro de pessoal da Educação e o servidor do Subgrupo Magistério da Educação Básica, ao dedicar-se para o exercício das atribuições de apenas um cargo público, contribuirá para a otimização do processo ensino-aprendizagem, sendo essa, pois, a relevância da matéria.

A urgência, por outro lado, decorre da necessidade de se garantir o necessário e contínuo aprimoramento das atividades e dos serviços desenvolvidos pelo Estado do Maranhão na seara do direito à educação e, por conseguinte, a própria supremacia do interesse público, o que demanda velocidade na realização de mudanças administrativas.

Resta, portanto, devidamente demonstrado o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 42, §1º, da Constituição Estadual, aptos a legitimar e respaldar juridicamente a edição da Medida Provisória ora proposta.

Com estes argumentos, que considero suficientes para justificar a importância da presente proposta legislativa, minha expectativa é de que o digno Parlamento Maranhense lhe dê boa acolhida.

Atenciosamente,

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 294 DE 22 DE MAIO DE 2019.

Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências.



O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o §1º do art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O § 4º e o § 5º do art. 14 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

(...)

§ 4º O servidor do Subgrupo Magistério da Educação Básica, Grupo Educação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo do Estado do Maranhão, que possuir duas matrículas de 20 (vinte) horas semanais poderá requerer a unificação para matrícula com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, nos seguintes moldes:

I - para unificação pela matrícula mais recente, o requerimento de unificação poderá ser formulado a qualquer tempo.

II - para unificação de jornada pela matrícula mais antiga, o requerimento de unificação poderá ser formulado no prazo constante de edital específico lançado pela Secretaria de Estado da Educação, ficando o edital condicionado à demonstração da disponibilidade orçamentária e financeira do Estado do Maranhão.

§ 5º A execução da unificação pela matrícula mais recente fica condicionada ao pedido de exoneração da matrícula mais antiga, o qual deverá ser exercido pelo servidor no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a publicação do despacho de deferimento do pedido de unificação.

(...)” (NR)

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do § 5º-A e do §7º, os quais terão a seguinte redação:

“Art. 14. (...)

(...)

§ 5º-A A execução da unificação pela matrícula mais antiga fica condicionada ao pedido de exoneração da matrícula mais recente, o qual deverá ser exercido pelo servidor no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a publicação do despacho de deferimento do pedido de unificação.

(...)

§7º Ao efetuar o requerimento de unificação de matrícula, o servidor declarará ciência de que as contribuições previdenciárias já efetuadas não serão ressarcidas total ou parcialmente, devendo o servidor renunciar expressamente a qualquer ação judicial derivada da unificação de matrículas, sem prejuízo da averbação do tempo de serviço prestado na matrícula mais antiga para fins de aposentadoria na matrícula mais recente, observado o §3º deste artigo.”

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 22 DE MAIO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA E 131º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

MENSAGEM Nº 030 /2019

São Luís, 23 de maio de 2019.

Senhor Presidente,

Comunico a essa augusta Assembleia que, autorizado pelo Decreto Legislativo nº 495/2018, de 17 de dezembro de 2018, o Vice-Governador do Estado, Carlos Orleans Brandão Júnior, estará se ausentando do País no período de 7 a 21 de junho de 2019, ocasião em que estará em missão de caráter oficial, relacionada à Política de Atração de Investimentos Maranhão-China, nas cidades de Jinan e de Qingdao, na Província de Shandong, de Pequim, de Zhoushan e de Shanghai, na China.

Renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares os meus elevados protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MENSAGEM - 72019

(relativo ao Processo 54762018)

Código de validação: 4F41336ADB

São Luís, 11 de abril de 2019.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação e votação dessa Augusta Assembleia Legislativa o incluso Projeto de Lei, que altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 14 de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

Atualmente, a Turma Recursal da Comarca da Ilha funciona em sistema de rodízio de magistrados para cumprimento de mandato de 02 (dois) anos, segundo o disposto na RESOL-GP 51/2013, que aprovou o Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado do Maranhão, contando, ainda, com o auxílio de uma Turma Recursal Provisória, criada pelo Plenário deste Egrégio Tribunal.

Tal modelo de rotatividade dificulta a gestão da unidade, além de provocar insegurança jurídica quanto à uniformização da jurisprudência, o que motivou a mudança no funcionamento em outros Tribunais, como nos Estados do Ceará e da Paraíba, passando a existir o Sistema de Turmas Recursais Permanentes, que consiste na titularização dos juízes que atuarão no referido órgão.

Dessa forma, a exemplo das Cortes supramencionadas, justifico o presente projeto pela necessidade de garantir uma melhor distribuição dos recursos, equilíbrio da carga de trabalho, estabilidade da jurisprudência dos Juizados Especiais, bem como maior celeridade nos julgamentos, em respeito ao princípio da eficiência, previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37, com a criação e funcionamento de 02 (duas) turmas recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís.

Ressalto, por oportuno, que a aprovação do projeto em apreço não causará qualquer impacto financeiro no orçamento do Judiciário Estadual.

Registro, que a proposta apresentada foi devidamente submetida e aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça, em sua sessão do dia 19 de setembro de 2018, deliberando, também, sob o envio da pertinente mensagem à Assembleia Legislativa.

Com estas considerações, Senhor Presidente, a expectativa é de que a proposta terá a boa acolhida e a necessária aprovação dessa nobre Instituição Legislativa.



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência e aos seus eminentes pares votos de uma legislatura fértil em realizações proveitosas à sociedade maranhense.

Atenciosamente,

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 16519

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005 / 19

Cria 02(duas) Turmas Recursais Permanentes na Comarca da Ilha de São Luís; altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão); acrescenta dispositivos na mesma Lei Complementar e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. [...]

I - Comarca da Ilha de São Luís - cento e quarenta e três (101 titulares e 42 auxiliares);(NR)”

Art. 2º. O art. 8º-A, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. [...]

§1º. [...]

I - Fórum do Termo Judiciário de São Luís - oitenta e oito juízes de direito titulares; (NR)”

Art. 3º. Fica acrescentado o inciso LXVI ao art. 9º da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 9º. [...]

LXVI - 02(duas) Turmas Recursais Permanentes. (NR)”

Art. 4º. O art. 44, §5º, da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. [...]

§ 5º Antes da titularização do Juiz Auxiliar em Vara, Juizado ou Turma Recursal Permanente, deverão ser apreciados pelo Tribunal os pedidos de remoção porventura existentes. (NR)”

Art. 5º. Altera o caput e acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ao art. 60-B da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 60-B. As Turmas Recursais serão compostas por três Juízes titulares e três suplentes, todos togados e em exercício no primeiro grau de jurisdição.

§5º. No termo judiciário de São Luís, haverá 02(duas) Turmas Recursais Permanentes, denominadas de 1ª e 2ª Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha

de São Luís, compostas, cada uma, por 03 (três) Juízes de Direito Titulares de Entrância Final. (NR)

§ 6º. Os cargos de Juiz de Direito Titular de Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís serão providos mediante remoção entre Juízes de Entrância Final, alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, observado, no que couber, o disposto nas alíneas a, b, c e e do inciso II do art. 93 da Constituição Federal ou, na falta de candidatos a remoção, por titularização de Juízes Auxiliares de Entrância Final. (NR)

§ 7º. As Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís poderão ter jurisdição sob outras comarcas, a serem designadas por Resolução do Tribunal de Justiça. (NR)

§ 8º. As Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís serão presididas, em regime de rodízio, por um de seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes. (NR)

§ 9º. As Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís terão uma secretaria judicial única com seu respectivo Secretário Judicial, e os servidores necessários ao seu funcionamento.

Art. 6º. Ficam criadas 02(duas) Turmas Recursais Permanentes na Comarca da Ilha de São Luís, com a competência definida no art. 60-B da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, com a nova redação dada por esta Lei.

Art. 7º. Ficam criados os seguintes cargos no quadro do Poder Judiciário:

I – 06(seis) cargos de Juiz de Direito Titular de Entrância Final para o Termo Judiciário de São Luís;

II – 06(seis) cargos de Assessor de Juiz.

Art. 8º. O atual cargo em comissão de Secretário Judicial de Turma Recursal da Comarca da Ilha de São Luís passará a ser designado Secretário Judicial das Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís.

Art. 9º. As atuais Turmas Recursais da Comarca da Ilha de São Luís permanecerão em pleno funcionamento até a instalação das Turmas Recursais criadas por esta Lei.

Parágrafo único. Quando instaladas as novas unidades judiciais, extinguir-se-ão os mandatos dos atuais membros titulares e suplentes das Turmas Recursais de São Luís, e os processos em tramitação serão redistribuídos por sorteio entre os novos Juízes Titulares, em conformidade com regulamentação da Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 276 / 19

Estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos nas Escolas Públicas Estaduais do Maranhão.

Art. 1º - As Unidades Regionais de Ensino – URE do Estado do Maranhão, disporão de uma quantidade mínima de 02 (dois) psicólogos e no máximo de 06 (seis) psicólogo, de acordo com a quantidade de Municípios abrangidos por cada uma das 19 (dezenove) URE, buscando fazer um trabalho preventivo nas escolas públicas estaduais, identificando discentes/docentes que sofram de doenças psicossomáticas e mentais, evitando ocorrências de atos de violências e massacres.



Parágrafo 1º – A definição da quantidade de psicólogos ficará a critério da Secretaria Estadual de Educação, devendo-se observar a proporcionalidade de acordo com a quantidade de Municípios abrangidos pela referida URE.

Parágrafo 2º – Em sua atuação, o psicólogo escolar dará atenção especial à identificação de comportamento antissocial relacionado aos problemas de violência doméstica; assédio escolar, conhecido como bullying; abuso sexual, uso de drogas e outros.

Art. 2º - O sistema de contratação dos profissionais, poderá ser inicialmente realizado por seletivo de contrato temporário, nos moldes da contratação de professores, coordenado por cada URE.

Parágrafo Único – A remuneração do profissional deverá ser compatível com a do mercado de trabalho, e as despesas de viagens dentro do âmbito da URE deverá ser custeada pela Secretaria Estadual de Educação.

Art. 3º - A Secretaria Estadual de Educação terá o prazo de 1 (um) ano, a partir da data de publicação, para providenciar o cumprimento dessa lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 10 de maio de 2019. - DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Destaca-se que os noticiários têm registrado no Brasil, vários casos de violência, e até de tragédias na esfera escolar, e no Maranhão não tem sido diferente, sendo casos decorrentes, na sua maioria, dos alunos ou ex-alunos que desenvolveram doenças psicossomáticas, como a depressão (que hoje já atinge cerca de 6% da população brasileira, segundo a OMS), decorrido as vezes por conta de *Bullying* e outras causas.

Os dados das pesquisas mostram que a violência, no âmbito escolar, são elevados, então vejamos os relatos da Revista Época (2016):

A violência verbal ou física atingiu 42% dos alunos da rede pública nos últimos 12 meses. É o que revela uma pesquisa realizada pela **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)**, em parceria com o **Ministério da Educação e a Organização dos Estados Interamericanos (OEI)**. Esta é a primeira edição da pesquisa que, entre janeiro e novembro de 2015, ouviu **6.709 estudantes, de 12 a 29 anos**, em sete capitais brasileiras: Maceió, Fortaleza, Vitória, Salvador, São Luís, Belém e Belo Horizonte. Todas elas apresentaram, segundo o **Mapa da Violência de 2014**, taxas de homicídio entre jovens maiores que a média nacional (82,7 homicídios por 100 mil jovens).

No Maranhão, em que pese houve redução no número da violência nas escolas, com a presença de rondas da Polícia Militar, contudo, não exclui a necessidade da presença de profissionais de psicologia, para identificação e mapeamento de possíveis portadores de tais doenças na perspectiva de encaminhamento e tratamento posterior a essa apuração preliminar.

Nesse cenário, o objetivo desse projeto de lei é atuar na forma preventiva e no combate à violência no âmbito escolar, tornando obrigatório a presença de psicólogos na Rede Estadual de Ensino no Estado do Maranhão.

No Maranhão, temos 217 Municípios, subdividido em 19 URE's que gerenciam **1095** escolas estaduais, sendo 779 de Ensino Médio, conforme a pesquisa do Instituto Unibanco (mais informações disponíveis sobre os resultados do Avaliação Maranhão, acesse <http://www.educacao.ma.gov.br/avalia-maranhao/>).

Ressalta-se que, conforme o Conselho Federal de Psicologia, no Maranhão temos aproximadamente 3.000 (três mil) psicólogos, portanto seria incompatível contarmos com 01(um) profissional por Unidade Escolar, que ao nosso ver seria o ideal, no entanto, analisando o momento de crise que se estende por toda unidade federativa do país, também seria inviável a contratação da quantidade de um psicólogo por escola.

Desse modo, a proposta que em cada regional tenha de 2(dois) a 6(seis) psicólogos, que farão a cobertura de forma rotativa (semanal/

quinzenal ou mensal) por município de regional, sendo organizado pelo gestor de cada URE.

Atuação do profissional deverá contar com o apoio do quadro docente e administrativo de cada escola, que servirão de apoio dando todo suporte na identificação de pessoas que precisam do atendimento psicológico.

Portanto, é de suma importância a aprovação desse projeto de lei, e é o que se pleiteia e espera.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 10 de maio de 2019. - DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 045 / 19

CONCEDE a Medalha João do Vale a Senhorita Thaynara Oliveira Gomes.

Art. 1º - Fica concedida a Medalha **João do Vale** a ilustre cidadã **Thaynara Oliveira Gomes (Thaynara OG)**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 08 de maio de 2019. - DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

HISTÓRICO

“Kiu!”, ouvem diversas vezes ao dia os seguidores da maranhense Thaynara Oliveira Gomes nas redes sociais. A expressão, usada em São Luís como uma espécie de vaia, já perdeu esse significado para os milhares de fãs da jovem de 27 anos e se tornou bordão. Ela está em todos os lugares, das postagens na rede de fotos e vídeos aos cumprimentos, feitos aos gritos por quem a encontra nas ruas. Gritos devidamente registrados – e compartilhados, é claro. A difusão da expressão é prova de que a popularidade de Thaynara OG, como é conhecida, vai muito além do que ela coloca nas suas redes sociais. Assim como o “kiu”, a moça tem estado em todos os lugares nos últimos anos. Nas redes sociais, ela já fincou os dois pés: tem cerca de 3,4 milhões de seguidores no Instagram, no twitter 787.000 e mais de 384.000 no Facebook.

Advogada formada pela Universidade Federal do Maranhão em março de 2015, Thaynara saiu do anonimato meses depois de deixar a faculdade, graças a vídeos engraçadinhos em que comentava a rotina, dava conselhos e apresentava amigos solteiros aos seguidores, na tentativa de promover um romance. Tudo feito com bom humor, desenvoltura e alguns poucos recursos de edição que o aplicativo disponibiliza, como zoom, filtros e textos sobre as imagens.

Atualmente, a influencer digital também é apresentadora do GNT - ela é a protagonista do reality show “Minha Vida é Kiu”, tem um canal na internet e faz presença vip em eventos. “A internet me deu várias oportunidades. Coisas que eu nunca imaginei fazer. Filme, já fiz dois e hoje, dei um passo diferente, que eu nunca imaginei, que é apresentar”, conta ela, que já tem projetos para um novo programa que será gravado em julho na emissora da TV Paga.

Ação Social – São João da Thay

Em sua terceira edição em 2019, o São João da Thay, conta com a participação de artistas maranhenses e nacionais, além das atrações e da presença de influenciadores digitais brasileiros, a programação é recheada de muita dança e cultura local com os grupos de bumba meu boi. O São João da Thay, tem dois objetivos principais: arrecadar recursos financeiros para uma instituição que presta serviços importantes para o Estado, como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), e mostrar para todo o Brasil a enorme cultura do povo maranhense.

Garota propaganda do São João do Maranhão

Thaynara é a nova garota propaganda da nova campanha publicitária do São João 2019, produzida pelo Governo do Maranhão. As peças publicitárias que divulgarão a maior festa popular maranhense foram detalhadas ao governador e a influencer. Com esta ação, o São João do Maranhão ganhará maior visibilidade nacional, que irá além de mostrar a tradição do festejo junino maranhense, divulgará também os



pontos turísticos, como os Lençóis Maranhense, a Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba, a cidade de Alcântara e a histórica capital maranhense, São Luís.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 08 de maio de 2019. - DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVO Nº 046 / 19

CONCEDE a Medalha João do Vale ao Senhor José Ribamar Coelho Santos – Zeca Baleiro.

Art. 1º - Fica concedida a Medalha João do Vale ao Ilustre cidadão maranhense José Ribamar Coelho Santos (**Zeca Baleiro**).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 21 de maio de 2019.

- DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

HISTÓRICO

1 - A ORIGEM

*“Por isso hoje eu acordei com uma vontade danada
De mandar flores ao delegado
De bater na porta do vizinho e desejar bom dia
De beijar o Português da padaria”*

José Ribamar Coelho Santos – mais conhecido como Zeca Baleiro, músico, cantor, cronista e compositor maranhense, nasceu em São Luís/MA, no dia 11 de abril de 1966 e viveu toda sua infância na cidade de Arari/MA.

O nome José Ribamar é uma homenagem ao santo dos maranhenses São José de Ribamar. Já o apelido “Baleiro” vem do fato de “Zeca” gostar muito de doces e, quando cursava faculdade costumava ter sempre balas para consumir entre as aulas. É o que pode ser percebido nas próprias palavras do Zeca, em entrevista concedida ao Jornal Livre (2012): *“Sempre fui um grande consumidor de doces, balas e toda sorte de guloseimas. Quando ingressei na universidade, entre uma aula e outra, saboreava minhas balas. Quando alguém desejava comer uma, vinha até mim. Daí para começarem a me chamar de baleiro foi um passo. Confesso que a princípio aquilo não soava bem aos meus ouvidos.”*

A sua relação com os doces o fez, inclusive, a abrir uma loja de balas, tortas e doces caseiros. Contudo, a música falou mais alto e seu envolvimento com a mesma começa em casa, nas festas folclóricas e na farmácia de seu pai, palco de artistas itinerantes, onde aprendeu a tocar violão ainda na adolescência.

2 - A CARREIRA MUSICAL

*“Se eu digo pare você não repare no que possa parecer
se eu digo siga o que quer que eu diga
você não vai entender
mas se eu digo venha
você traz a lenha pro meu fogo acender”*

Iniciou a carreira participando de festivais e compondo música para teatro. Com sua mistura de ritmos e referências musicais diversas, como samba, pagode, baião, pop, rock; o cantor e compositor foi recebido com entusiasmo pelo público e imprensa, no ano de 1997, quando lançou seu primeiro disco, *“Por Onde Andará Stephen Fry?”*.

Apesar de sua carreira musical já existir antes de gravar este primeiro disco, mudou-se para São Paulo, onde ganhou projeção nacional após a participação no Acústico MTV de Gal Costa com a canção *“Flor da Pele”*.

Ao longo destes mais de vinte anos, lançou onze discos de estúdio, cinco CDs ao vivo, nove DVDs e vários projetos especiais, em que se destacam o disco em parceria com a poeta Hilda Hilst, Ode Descontínua e Remota para Flauta e Oboé – de Ariana para Dionísio; Café no Bule, CD em parceria com Paulo Lepetit e Naná Vasconcelos; e Zoró Zureta, projeto para crianças que inclui os CDs Zoró [bichos esquisitos] Vol.1 e Zureta Vol.2; um aplicativo e o

DVD de animações A Viagem da Família Zoró. Também comandou o programa de TV Baile do Baleiro, que estreou em 2016 no Canal Brasil.

Como produtor, realizou outros 21 álbuns de artistas diversos, como Sérgio Sampaio (Cruel), Antônio Vieira (O Samba é Bom), Vanusa (Vanusa Santos Flores), Odair José (Praça Tiradentes), Wado (O Ano da Serpente) e o angolano Filipe Mukenga (Nós Somos Nós).

Artista multifacetado, Zeca Baleiro vem se dedicando também à literatura e ao teatro (tem quatro livros lançados e é autor de duas peças). Compôs trilhas para dança (Mãe Gentil, Bicho Solto Burity Bravo, Cubo e Geraldas e Avencas), teatro (Lampião e Lancelote e Roque Santeiro) e cinema (Carmo, Oração do Amor Selvagem e 2).

O cenário da música maranhense é enriquecido com grandes nomes e composições que são aclamados e que ganharam espaço na mídia nacional e internacional. Assim, há diversos artistas que conquistaram seu lugar no mundo da arte, obtendo muitos fãs por onde passam, com suas canções e performance.

Um dos cantores que alcançou sua posição e, hoje, é admirado por muitos é Zeca Baleiro. A sua música deriva de muitos ritmos tradicionais brasileiros e suas letras são recheadas de criatividade, humor e poesia, usando as palavras de forma de forma inteligente, misturando inglês e português, inclusive.

Dessa maneira, é de suma importância a aprovação do presente projeto de resolução legislativa para **concessão da Medalha João do Vale ao artista maranhense Zeca Baleiro** em decorrência de sua longa e reconhecida trajetória musical, bem como, por sua rica bagagem cultural e popular; e é o que se pleiteia e espera.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 21 de maio de 2019.
- DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

REQUERIMENTO Nº 289 / 19

Senhor presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que, após ouvido o Plenário, seja expedida convocação ao Secretário de Estado da Infraestrutura, Clayton Noleto, para que preste esclarecimentos à Assembleia Legislativa do Maranhão, em data a ser agendada entre o convocado e a Mesa, sobre a qualidade das obras e as precárias condições de trafegabilidade das rodovias estaduais, considerando que, em vários casos, a pavimentação asfáltica realizada há menos de um ano já está deteriorada e o estado em que se encontram inúmeras MAS colocam em risco a vida das pessoas.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 22 de maio de 2019. - César Pires - Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trafegar pelas rodovias que cortam o Maranhão é ter que enfrentar o risco de danificar os veículos ou mesmo de sofrer acidentes, tanto nas rodovias estaduais quanto nas federais. Em ambos os casos, há de se questionar as autoridades competentes quanto aos investimentos feitos nos últimos anos na manutenção, ampliação e melhoria da malha viária, quanto a qualidade dessas obras e o planejamento feito pelo atual governo para assegurar o escoamento da produção e a segurança de pedestres e condutores de veículos.

Há exemplos emblemáticos, como a MA-315, no trecho entre os municípios de Paulino Neves e Barreirinhas, rodovia que embora tenha sido inaugurada no início deste ano de 2019 já apresenta graves problemas, como buracos e alargamentos que tornam perigoso o trânsito de veículos naquela área. Podemos citar também a MA-020, no trecho entre Vargem Grande e Coroatá, e a MA-006, entre Grajaú e Formosa da Serra Negra, totalmente intrafegáveis.

Embora também estejam precárias as BRs que cortam o Maranhão, o que compete a nós, parlamentares estaduais, é fiscalizar e cobrar investimentos nas rodovias estaduais. Da mesma forma espera-se a atuação dos deputados federais com relação às BRs.



Por todo o exposto, faz necessária a convocação do secretário Clayton Noletto, para que venha prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Legislativa do Maranhão, para que possamos obter as respostas e propor soluções que atendam às necessidades da população, no que diz respeito à trafegabilidade segura nas rodovias estaduais.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 22 de maio de 2019. - César Pires - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 27.05.19
EM: 24.05.19

REQUERIMENTO Nº 290 / 19

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta Assembleia, requero a V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja discutido e votado em Regime de Urgência, numa Sessão Extraordinária, a ser realizada logo após a aprovação do presente Requerimento, o Projeto de Lei Complementar nº 004/2019, de autoria do Ministério Público Estadual.

PLENÁRIO DEPUTADO NAGIB HAICKEL DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, em 22 de maio de 2019. - Hélio Soares - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 27.05.19
EM: 24.05.19

INDICAÇÃO Nº 715 / 19

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Trânsito e Transportes do Município de São Luís, Francisco Canindé Barros, solicitando, *em caráter de urgência*, a colocação de sinalização de trânsito adequada para Deficientes Visuais (sonora e tátil) nas proximidades da Escola de Cegos do Maranhão, localizada no Bairro de Bequimão e em paralelo a uma das Avenidas de maior movimentação da Capital, a Jerônimo de Albuquerque.

A adoção da providência acima tem a finalidade possibilitar a travessia segura daquelas pessoas com deficiência visual, que costumam movimentar-se pela região para frequentar a Escola de Cegos, além de disciplinar o trânsito caótico na área.

Devido à falta de sinalização adequada, o risco de acidentes, especialmente em frente ao Hospital São Domingos, que fica próximo à Escola de Cegos, é real e constante. As fotos do local, anexadas abaixo, demonstram a dificuldade para locomoção.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO MANOEL BECKMAN, EM 20 DE MAIO DE 2019. - WENDELL LAGES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 718 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício A ILUSTRÍSSIMA GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA OPERADORA DE TELEFONIA MÓVEL “TIM”-NORTE, SENHORA BIANCA SANTOS CARRAPATOSO FRANCO, solicitando providências, no

sentido de determinar A INSTALAÇÃO DE UMA TORRE/ANTENA, NO POVOADO CONQUISTA, NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA (MA), considerando que torre/antena de telefonia móvel é importante para a prestação do serviço de telecomunicações, para gerar boa qualidade do sinal, bem como para o atendimento das demandas da população que cada vez mais usa o celular para se comunicar, informar, trabalhar e para o lazer.

O Povoado Conquista está localizado a 90 (noventa) quilômetros da sede do município de Zé Doca, apresenta uma densidade populacional de 3.000 mil habitantes, base econômica, a pecuária e, até o momento não recebeu nenhum investimento na área de telefonia móvel, tornando impossível a comunicação com o mundo exterior, via telefone móvel celular.

A telefonia móvel é um segmento que cresce no País, em números absolutos, entretanto, carece de mais investimentos em infraestrutura, uma vez que telecomunicações e seus serviços são motores para o desenvolvimento econômico e inclusão social.

A nossa propositura tem por escopo chamar a atenção da Operadora “TIM”, para que haja mais investimentos no município de Zé Doca (MA), de modo a reduzir as barreiras que impedem ampliar os serviços de comunicação, através da telefonia móvel celular.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. – DETINHA - DEP. ESTADUAL – PR - 2ª VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 719 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício AO ILUSTRÍSSIMO GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA OPERADORA DE TELEFONIA MÓVEL “OI” NO MARANHÃO, SENHOR MARCOS ANTONIO PEREIRA DE ANDRADE, solicitando providências, no sentido de determinar A INSTALAÇÃO DE UMA TORRE/ANTENA, NO POVOADO CONQUISTA, NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA (MA), considerando que torre/antena de telefonia móvel é importante para a prestação do serviço de telecomunicações, para gerar boa qualidade do sinal, bem como para o atendimento das demandas da população que cada vez mais usa o celular para se comunicar, informar, trabalhar e para o lazer.

O Povoado Conquista está localizado a 90 (noventa) quilômetros da sede do município de Zé Doca, apresenta uma densidade populacional de 3.000 mil habitantes, base econômica, a pecuária e, até o momento não recebeu nenhum investimento na área de telefonia móvel, tornando impossível a comunicação com o mundo exterior, via telefone móvel celular.

A telefonia móvel é um segmento que cresce no País, em números absolutos, entretanto, carece de mais investimentos em infraestrutura, uma vez que telecomunicações e seus serviços são motores para o desenvolvimento econômico e inclusão social.

A nossa propositura tem por escopo chamar a atenção da Operadora “OI”, para que haja mais investimentos no município de Zé Doca (MA), de modo a reduzir as barreiras que impedem ampliar os serviços de comunicação, através da telefonia móvel celular.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. – DETINHA - DEP. ESTADUAL – PR - 2ª VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.



INDICAÇÃO Nº 720 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **A ILUSTRÍSSIMA DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA TELEFONIA MÓVEL “VIVO” - NORTE, SENHORA OLENITA PAES BARRETO SANTOS**, solicitando providências, no sentido de determinar **A INSTALAÇÃO DE UMA TORRE/ANTENA, NO POVOADO CONQUISTA, NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA (MA)**, considerando que torre/antena de telefonia móvel é importante para a prestação do serviço de telecomunicações, para gerar boa qualidade do sinal, bem como para o atendimento das demandas da população que cada vez mais usa o celular para se comunicar, informar, trabalhar e para o lazer.

O Povoado Conquista está localizado a 90 (noventa) quilômetros da sede do município de Zé Doca, apresenta uma densidade populacional de 3.000 mil habitantes, base econômica, a pecuária e, até o momento não recebeu nenhum investimento na área de telefonia móvel, tornando impossível a comunicação com o mundo exterior, via telefone móvel celular.

A telefonia móvel é um segmento que cresce no País, em números absolutos, entretanto, carece de mais investimentos em infraestrutura, uma vez que telecomunicações e seus serviços são motores para o desenvolvimento econômico e inclusão social.

A nossa propositura tem por escopo chamar a atenção da **Operadora “VIVO”**, para que haja mais investimentos no município de **Zé Doca (MA)**, de modo a reduzir as barreiras que impedem ampliar os serviços de comunicação, através da telefonia móvel celular.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. – DETINHA - DEP. ESTADUAL – PR - 2ª VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 721 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **A ILUSTRÍSSIMA DIRETORA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS DA OPERADORA DE TELEFONIA MÓVEL “CLARO”, SENHORA PATRICIA NUNES MARTINS**, solicitando providências, no sentido de determinar **A INSTALAÇÃO DE UMA TORRE/ANTENA, NO POVOADO CONQUISTA, NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA (MA)**, considerando que torre/antena de telefonia móvel é importante para a prestação do serviço de telecomunicações, para gerar boa qualidade do sinal, bem como para o atendimento das demandas da população que cada vez mais usa o celular para se comunicar, informar, trabalhar e para o lazer.

O Povoado Conquista está localizado a 90 (noventa) quilômetros da sede do município de Zé Doca, apresenta uma densidade populacional de 3.000 mil habitantes, base econômica, a pecuária e, até o momento não recebeu nenhum investimento na área de telefonia móvel, tornando impossível a comunicação com o mundo exterior, via telefone móvel celular.

A telefonia móvel é um segmento que cresce no País, em números absolutos, entretanto, carece de mais investimentos em infraestrutura, uma vez que telecomunicações e seus serviços são motores para o desenvolvimento econômico e inclusão social.

A nossa propositura tem por escopo chamar a atenção da **Operadora “CLARO”**, para que haja mais investimentos no município

de **Zé Doca (MA)**, de modo a reduzir as barreiras que impedem ampliar os serviços de comunicação, através da telefonia móvel celular.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. – DETINHA - DEP. ESTADUAL – PR - 2ª VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 722 / 19

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta casa, em seu Art. 152, requeiro a V. Exª. que seja encaminhado expediente as reitoras Profa. Dra. Nair Portela, reitora do campus UFMA/São Luís; Profa. Dra. Dourivan Câmara que sejam empreendido esforços no sentido de promover a abertura do curso de Direito no campus de Grajaú-Ma. Nosso pedido se justifica em virtude da crescente demanda na região deste município de onde o alunado encontra essa oferta mais próxima em Imperatriz, causando transtornos de locomoção e logística.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 21 de Maio de 2019. – VINÍCIUS LOURO – Deputado Estadual – PR.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 723 / 19

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152) requeiro a Vossa Excelência que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Flávio Dino, solicitando-lhe que adote providências no sentido de denominar o Parque Centenário do Município de Balsas, neste Estado, de “Parque Roosevelt Cury”, conforme o que dispõe o inciso V, do art. 64, da Constituição Estadual, combinado com Decreto Estadual nº 30..618/2015, que dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão estadual.

A presente propositura tem por finalidade homenagear o Doutor Roosevelt Moreira Cury, falecido em 23 de junho de 2000, na cidade de Balsas, deixando um grande legado e benefícios para o referido Município, tais com: a construção da ponte de madeira sobre o Rio Balsas, a contribuição para edificação do hospital São José, onde trabalhou e foi diretor, a sua atuação como professor e diretor escolar, bem como Prefeito Municipal de Balsas – Maranhão.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANOEL BECKMAN”, EM 22 de maio de 2019. - ANDREIA MARTINS REZENDE - Deputada Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 724 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do Art.152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **AO ILUSTRÍSSIMO SUPERINTENDENTE DO BANCO DO NORDESTE NO MARANHÃO - BNB, SENHOR HAILTON JOSÉ FORTES**, solicitando providências no sentido de **PROPOR A CRIAÇÃO DE LINHAS DE FOMENTO AO CRÉDITO PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO ABACAXI**



TURIAÇU NO MARANHÃO, considerando a importância desses recursos para financiar adequações de estruturas, capacitação de equipe, investimentos em novas tecnologias para produtores e cooperativas, com o objetivo de proporcionar ao produtor a adoção de boas práticas agrícolas voltadas ao manejo da cultura e ao aumento da produtividade e qualidade dos frutos..

O crédito com juros menores que o praticado no mercado, tem por objetivo ajudar cooperativas e produtores rurais a alavancar suas operações, reduzir custos no setor, realizar investimentos, otimizar o processo de comercialização do abacaxi, além de criar novas oportunidades de trabalho e renda para a família rural.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. - HELIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PR

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 725 / 19

Senhor Presidente,

Nos termos do Art.152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **AO EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA, SENHOR CLAYTON NOLETO,** solicitando providências no sentido de determinar, **A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA DO ABACAXI, NO MUNICÍPIO DE TURIAÇU (MA),** considerando a importância dessa rodovia para o desenvolvimento social e econômico da região produtora do abacaxi Turiaçu, um dos melhores do Brasil.

Infraestrutura asfáltica de qualidade é essencial para o transporte da produção de abacaxi via modal rodoviário. A rodovia conta com 21 Km de extensão, beneficia diretamente em torno de 500 famílias que estão distribuídas em 11 (onze) comunidades rurais: Canarinho, Paxiba, Serrinha, Banta, Serra dos Paz, Vila dos Castros, Juçaral, Mofento, Leal, Tucurubão e Guarimanzal. Além do que, estreitará o intercâmbio cultural entre essas comunidades e as cidades ao entorno.

Lembramos a Vossa Excelência que os recursos para a realização da obra, estão alocados no Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP. Portanto, pavimentação asfáltica de qualidade tem um imenso valor econômico, para o escoamento da produção do setor primário, especialmente para o produto agrícola de maior importância no município de Turiaçu e região, o abacaxi.

Em anexo, cópia da solicitação endereçada a Sua Excelência, cujo objeto é a realização dessa relevante obra, subscrita pela Cooperativa dos Produtores e Produtoras Rurais de Abacaxi e demais Frutas de Turiaçu LTDA - COOPERFRUTT.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. - HELIO SOARES - DEP. ESTADUAL - PR

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 726 / 19

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152) requeiro a Vossa Excelência que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Doutor Flávio Dino, solicitando-lhe que adote providências no sentido de encaminhar a esta Casa Legislativa Proposição de Lei (matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo), que *Assegura às mulheres o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas na área de segurança pública do Estado do Maranhão.*

O presente Projeto de Lei visa reconhecer a realidade do quadro funcional dos órgãos de segurança pública do Brasil e do Maranhão, contamos com o apoio da pesquisa que é realizada anualmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, disponível no link <https://www.justica.gov.br/suaseguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica>. O último perfil dado pela pesquisa que está disponível, é o relatório de 2013, onde não houve muita mudança na proporcionalidade dos sexos dos agentes de segurança pública. A pesquisa traça números da Polícia Militar-PM e Civil-PC e de Bombeiro Militar. O quadro nacional relata que apenas aproximadamente 10% (38349 de 346392 policiais militares) são do sexo feminino. Que aproximadamente 27% dos policiais civis dos Estados são mulheres, e que aproximadamente 7,7% dos bombeiros militares são mulheres. Por outro lado, no Estado do Maranhão, esses percentuais ainda são menores, na PM apenas 6,1% são mulheres, na PC apenas 18,09% e entre os bombeiros maranhenses apenas 7,2% são do sexo feminino. Pelo perfil analisado, há uma latente necessidade de avanço na participação feminina junto às instituições de Segurança Pública do Maranhão, pois o trabalho das mulheres trouxeram maior humanismo a essas instituições. Ademais, observa-se que o Governo tem se mostrado favorável perante as ações afirmativas para equilibrar desigualdades históricas, bem como outras ações de inclusão, como se destaca no último edital do concurso da PM-MA, a reserva de cotas para PCD.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, em 21 de maio de 2019. - DANIELLA TEMA - Deputada Estadual

ANTEPROJETO DE LEI Nº / 2019

Assegura às mulheres o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas na área de segurança pública do Estado do Maranhão.

Art. 1º - Ficam reservadas às mulheres, o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos da área de segurança pública do Estado do Maranhão, conforme esta Lei.

Art. 2º - As candidatas deverão concorrer concomitantemente às vagas reservadas e as destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A lei não se aplicará aos concursos em andamento e aqueles cujos editais estiverem publicados.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 727/ 19

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno deste Parlamento, requeiro à Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Governador do Estado - Dr. Flávio Dino, bem como ao Sr. Secretário de Saúde do Estado do Maranhão – Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Lula, solicitando uma centrífuga refrigerada para o processamento de separação de concentrado de hemácias e plasmas para o HEMOMAR DE PINHEIRO.

Esta solicitação visa atender uma necessidade da falta de equipamento para que esses dois hemocomponentes sejam produzidos com qualidade para o consumo dos pacientes de Pinheiro e de Região da Baixada. Ressalta-se ainda que na falta deste equipamento, o Hemonúcleo poderá sofrer advertência da Vigilância Sanitária, pois é obrigatório fazer esse processamento somente nesse aparelho.

Plenário “Gervásio dos Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 22 de maio de 2019. – Dra. Thaíza Hortegal - Deputada Estadual - PP



NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 728 / 19

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta casa, em seu Art. 152, requero a V. Ex^a. que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Flávio Dino para a criação de um Centro de Convenções. Em forma de sugestão apontamos o espaço do Sítio Santa Eulália, que tem área de 200 hectares; destes 30mil/m² seriam utilizados para a implementação do espaço para atender 15 mil pessoas, com amplo estacionamento, isolamento acústico, estrutura de bares, camarins, palco e camarotes.

Nosso pedido se justifica em virtude da carência de espaço como este para atender a eventos de grande proporção como feiras, eventos corporativos, eventos culturais, casamentos comunitários, grandes shows, eventos político e público de maneira geral.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 21 de Maio de 2019. – VINÍCIUS LOURO – Deputado Estadual – PR.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Expediente lido. À publicação.

III – PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Como não há oradores inscritos, suspendo a Sessão.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Reaberta a Sessão. Deputado Marco Aurélio, por cinco minutos, sem aparte.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, imprensa, todos que acompanham esta sessão, venho com alegria dizer da definição da Universidade Federal do Maranhão. Ontem foi divulgado o cronograma do Sisu para o segundo semestre. Esse cronograma do Sisu traz todas as datas de inscrição, de resultados, traz também o número de vagas a serem ofertadas neste segundo semestre. Eu faço aqui com muita alegria, Deputada Helena Duailibe, de uma luta que nós travamos por mais de quatro anos, nesta Casa, pela bonificação nas notas do Enem e que a Universidade Federal do Maranhão acolheu. Não foi uma luta fácil porque no primeiro momento não era um ambiente tão acolhedor. Nós fomos dialogando por vários anos mostrando os resultados de que os estudantes no Maranhão estavam perdendo as vagas dos cursos mais concorridos para alunos de outros Estados no Brasil e que na primeira oportunidade transferiam seus cursos, ou passavam, tinham uma outra nota no Enem seguinte e deixavam as vagas ociosas, sobretudo nos cursos mais concorridos, a exemplo de Medicina. Chegava-se a ter evasão depois de um ano de estudo no curso de Medicina, evasão de mais de 30 a 40%, algo que prejudica demais a Universidade Federal do Maranhão. Muitas Universidades Federais, em todo o país, já adotam essa política afirmativa da bonificação regional. E esta Casa teve um papel fundamental de diálogo junto a Universidade Federal do Maranhão.

Não foi rápido, mas deu certo. Final de 2017, o Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão aprovou por unanimidade uma Resolução garantindo um acréscimo de 20% das notas do Enem para quem cursou do 9º ano ao 3º ano do ensino médio, em escolas públicas ou privadas no Maranhão. Assim, o aluno que tirasse 700 pontos e tivesse esse critério, ele já iria aumentar 20%, iria para 840, a condição, a chance de ingresso desse jovem do Maranhão é muito maior do que na atual circunstância. O certo é que a Ufma aprovou, o MPF entrou com uma ação e o juiz em primeiro grau julgou pela negação da bonificação. Acabou derrubando o sistema de bonificação. O que entristeceu a muitos, inclusive a mim. Mas a Ufma recorreu. Nós acompanhamos como a Assembleia Legislativa fazendo parte desse processo. E há alguns meses saiu a definição do Tribunal Regional Federal da 1ª região em Brasília garantindo, em caráter liminar, a bonificação. E a boa notícia que trago hoje, a todo povo do Maranhão, de modo especial, aos estudantes que desejam ingressar na Universidade Federal do Maranhão é que neste cronograma do SISU, para o segundo semestre, cuja as inscrições já vão agora do dia 04 ao dia 07 de junho já consta a bonificação de 20%. De forma que o estudante do nosso estado terá esta política afirmativa para garantir que a Universidade Federal do Maranhão seja cada vez mais do povo do Maranhão. E eu fico muito feliz porque eu sei o quanto será importante para Imperatriz. Deputado Edivaldo, serão 1.716 vagas que estarão sujeitas a bonificação de estudantes do Maranhão. Em todos os cursos, em todos os campi da Universidade Federal do Maranhão. Eu cito, por exemplo, o curso de medicina, que é onde mais a gente vê alunos vindo de outros estados do Brasil. Serão 223 vagas da Ufma que terão bonificação no curso de Medicina, no total, 1.716 entre todos os cursos. Mas só para medicina serão 223 vagas que estarão dispostas ao sistema de bonificação. Em Imperatriz, por exemplo, são 25 vagas que terão a bonificação em Medicina. Isto será muito bom para o nosso estudante. Nunca deixo de agradecer e parabenizar o esforço da Universidade Federal do Maranhão, por meio da Reitora Nair Portela, todo o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Eu agradeço sempre a todos que nos ajudaram nesta causa, aos estudantes aos professores de Imperatriz, de modo especial, à direção, coordenação, professores do campus de Imperatriz que participaram de uma maneira decisiva, nos mostrando, cada vez mais, a fundamentação para que a gente defendesse essa causa. Lembro que comecei essa causa aqui na Assembleia há mais de quatro anos, sozinho defendendo esta causa. E sozinho não conseguiria. Por isso que muitos colegas aqui, nesta casa, abraçaram esta ideia. E tomou corpo forte essa ideia, ganhou uma dimensão gigante. Fizemos audiência gigante. Convencemos a universidade que aprovou. E depois fomos juntos para a justiça. E agora este grande presente para os estudantes do Maranhão. Terão acréscimo de 20% nas notas do Enem. A Ufma será cada vez mais do povo do Maranhão. Não precisa ter nascido aqui, mas precisa ter estudado aqui. Não é nenhum tipo de esmola. Não é nenhum tipo de preconceito com o povo do Maranhão, mas é uma questão de equilibrar o jogo. As políticas afirmativas são para isso. É para isso que existe sistema de cotas. É para equilibrar o que hoje tem resultados desiguais. Imagina o que serve, por exemplo, um curso de medicina aqui no Maranhão, onde a grande maioria vem de fora e, na primeira oportunidade, vai embora, e ficam as vagas ociosas. Cursos que começam com cinquenta alunos, em pouco tempo, tem 30 alunos, tem 20 alunos. Um curso caro para a universidade manter, para ficarem as vagas ociosas. O que é muito triste. Nós vamos corrigir esse resultado com duas formas. Primeiro, melhorando a qualidade do ensino. E lutamos por isso, tanto na rede pública quanto na rede privada. Mas também iremos trabalhar com a política afirmativa e lutaremos até o fim para mantermos essa política afirmativa. Este resultado é em caráter liminar. Estaremos acompanhando até o julgamento do mérito para que, a exemplo de outras universidades do Brasil, a Ufma possa garantir essa bonificação. Faço questão de parabenizar a todos, a imprensa, Jorge Aragão, você que sempre defendeu essa causa junto conosco, todos que ajudaram a propagar esta causa, defendê-la. Eu agradeço e parabenizo a todos porque é uma vitória do Maranhão. Viva a Universidade Federal do Maranhão! Viva os estudantes que agora terão mais oportunidades de entrar na Ufma! Obrigado.



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO – Deputado Zé Inácio, por cinco minutos, sem aparte.

O SENHOR DEPUTADO ZÉ INÁCIO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, galeria, imprensa, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o que me traz mais uma vez a esta tribuna é para tratar de uma agenda que fizemos no último fim de semana. Fomos ao município de Itinga, convidados pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Monte Alegre, e lá eu tive a oportunidade de participar de um momento, diria até emocionante, que foi a entrega dos lotes para as famílias assentadas pela reforma agrária, famílias assentadas pelo Incra. Eu me fiz presente a convite dos assentados, em função de que a área onde hoje foi criado o assentamento Monte Alegre foi desapropriada quando da minha gestão à frente do Incra, no ano de 2013, ano em que a Superintendência do Incra no Maranhão, sob a nossa gestão, bateu o recorde, deputado Edivaldo Holanda, bateu o recorde de criação de assentamentos no Brasil, não só em números de assentamento criado, mas foi, no estado do Maranhão, naquele ano, quando mais se desapropriaram terras em número de hectares. Então fico feliz em fazer parte daquela história. Presenciei a emoção das famílias que receberam o seu lote, crianças, jovens e adultos comemorando com muita alegria e entusiasmo, algumas até derramando lágrimas pela emoção de ter acesso garantido à terra para poder plantar, semear e produzir porque, por meio da terra, a agricultura familiar não só produz para sua subsistência, como também garante o desenvolvimento do estado, contribui para o desenvolvimento do país. Na mesma oportunidade, no município de Itinga, dessa mesma viagem que fiz na segunda com a presença do governador em exercício, Carlos Brandão, visitamos também um grande empreendimento situado no município de Itinga, que é o empreendimento do Sítio Barreiras que é a maior plantação, deputado Ariston, de bananas do estado do Maranhão. São mais de 500 hectares plantados na primeira fase do projeto, o que gera mais de 400 empregos. Já estão colhendo e distribuindo quatro carretas de bananas por dia para o mercado, sobretudo supermercados do Maranhão e do Pará. A segunda fase do projeto vai dobrar a produção de bananas no município de Itinga, mas não se iniciou ainda, não foi viabilizada por conta de estar pendente a licença ambiental, mas o projeto irá dobrar a produção com a perspectiva de gerar quase mil empregos. E aí eu aproveito a oportunidade para chamar a atenção do governo do estado para a importância desse empreendimento que vai gerar ocupação, trabalho e renda e circular recursos na economia do nosso estado, para que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado tome as devidas providências no sentido de garantir o licenciamento desse empreendimento que é muito importante, não só para o município de Itinga, mas importante para a economia do Maranhão. Finalizo o meu pronunciamento, fazendo referência à vistoria que foi feita por meio da Comissão de Obras e Serviços, daqui desta Casa, liderada pelo Deputado Felipe dos Pneus, à Barragem do Rio Pericumã. E lá, na última terça-feira, constatamos o abandono daquela barragem. Uma barragem importantíssima, não só para o município de Pinheiro, mas para vários municípios que estão ali na proximidade do município de Pinheiro, que tem a influência dos campos inundáveis da Baixada. Aí eu cito, principalmente, o município de Bequimão, que é a minha cidade; município de Palmeirândia; município de Peri Mirim. Esses municípios, do momento em que houve o travamento da comporta, também foram atingidos pela cheia do Rio Pericumã e principalmente a cidade de Pinheiro, que, em poucos dias que a barragem não ficou com o seu funcionamento normal, encheu tanto, aumentou o nível da água que mais de 400 famílias foram desabrigadas. Então é importante o olhar desta Casa, da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, para uma obra que foi entregue à população, em 1982, e que está lá abandonada pelo Governo Federal. Então, cabe a nós chamarmos atenção e cobrar do poder público, não só em nível estadual, mas sobretudo, do Governo Federal para que faça um reparo a essa barragem que ela é importante, não só para o município de Pinheiro, mas para toda a região da Baixada. Ela representa,

não só o controle da água para evitar novas inundações, como principalmente, para garantir a reprodução do pescado típico daquela região, que contribui não só para alimentar a população, mas fomenta a economia daquela região. Além do mais, a barragem evita que a água salgada adentre sobre a área dos campos, evitando assim a salinização da água, evitando a reprodução e fazendo com que a água continue adequada para a reprodução do pescado, para a criação de pequenos animais, a criação de gados, contribuir com a irrigação da agricultura familiar, que é feita à margem dos campos. Então, uma barragem estratégica para o desenvolvimento da região e que nós, enquanto deputados, filhos da Baixada, temos que não só subir a esta tribuna, acompanhar *in loco*, como nós acompanhamos a vistoria e denunciar e cobrar do Governo Federal, por meio do DNOCS para que essa obra ela seja recuperada, porque sendo recuperada, ela será de grande valia para o Estado do Maranhão. E finalizo o meu pronunciamento, Senhor Presidente, dizendo que sensibilizado com a situação, e lá na barragem é importante que se diga, além da estrutura física da barragem, Deputado Hélio Soares, tem um aterro que garante a contenção do avanço da água. E esse aterro precisa ser recuperado, precisa ser ampliado. E aí, no meu entendimento, nós, deputados da região da Baixada e eu, particularmente, coloco publicamente que destinarei uma emenda parlamentar via Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado para que o aterro seja recuperado e a barragem possa ter a garantia da segurança que requer para o seu bom funcionamento. Então me coloco à disposição da Prefeitura Municipal de Pinheiro. Vou colocar emenda na Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado para que nós possamos garantir a manutenção e a recuperação do aterro no entorno da barragem sobre o rio Pericumã.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO MACEDO - Deputado Yglésio, por cinco minutos, sem aparte.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO (sem revisão do orador) - Bom dia a todos. Senhor Presidente, vim, na verdade, compartilhar, hoje, uma experiência muito positiva. Deputado Edivaldo Holanda, foi hoje a reinauguração, na verdade, da Unidade Básica de Saúde do Cintra, que funciona dentro do Cintra. O Cintra, para quem não sabe, é a maior escola, hoje, da América Latina, esse complexo Cintra e IEMA. Pois bem, a Secretaria Municipal de Saúde, hoje, o Secretário Lula Filho com a presença do Vice-Prefeito Júlio Pinheiro, do Secretário de Educação Felipe Camarão e eu tivemos a felicidade de ver a entrega de um equipamento público que conta com três consultórios médicos. Sendo um deles um consultório apto a fazer coleta de exames ginecológicos e preventivos, principalmente e um consultório odontológico, completo, uma estrutura completamente adaptada às exigências sanitárias, enfim, um espaço, Deputado Wellington, de dignidade para a população maranhense, para o povo de São Luís e para a comunidade, hoje, do Cintra. Para quem não conhece, o Cintra, só a instituição, hoje, tem aluno, pais de aluno, funcionários diretos, servidores e terceirizados. São mais de dez mil pessoas. A comunidade no entorno da escola, para vocês terem uma ideia, o pronto-socorro do Anil, por exemplo, atende mais de sete mil pessoas por mês. Ele, agora, vai dividir algumas de suas atividades. Porque muitas pessoas procuram, às vezes, o pronto-socorro porque não têm acesso a um atendimento a uma unidade básica de qualidade. Vai permitir que esse superfluxo de atendimento do pronto-socorro do Anil reduza para que a gente possa fazer uma reforma também. O Secretário Lula Filho, hoje, já garantiu que será reformada a estrutura do pronto-socorro do Anil. Portanto é um momento importante, porque marca, num período de desmonte do SUS por conta da crise de financiamento que se abateu nele há bastante tempo e que vem sendo agravada, inaugura-se um equipamento hospitalar, uma unidade básica de saúde de alta qualidade. Vai funcionar durante todo o período diurno. E a tendência é que nos próximos meses funcionem aos sábados. Então no espaço poderemos ter consultas, vacinações o dia todo, todas as vacinas ofertadas lá dentro da rede pública, a coleta de exames preventivos, a assistência da saúde à mulher e a saúde odontológica. Quem tem a oportunidade de conhecer as pessoas no dia a dia, de conversar com as



peças, o sorriso da nossa gente sabe o quanto a assistência odontológica é necessária no estado. Portanto, momentos como estes nos engrandecem no Maranhão. Muitas vezes, as pessoas deboçam da parceria entre o Governo do Estado e da Prefeitura. A grande verdade é que a parceria não é você sustentar um ao outro, não é a prefeitura sustentar o governo, nem o governo sustentar a prefeitura, porque, no casamento em que os dois estão em crise financeira, o que eles fazem é se ajustar e permitir que um equipamento seja construído dentro dele, compartilhar uma despesa de energia, oferecer um equipamento sobre a forma de doação. Por isso, parceria é muito mais do que as pessoas sobem aqui para muitas vezes reclamar ou tentar diminuir, menosprezar. Parceria é isto: saber utilizar da melhor forma possível os recursos comuns, racionalizarmos permitindo o máximo de bem possível com o menor custo financeiro que o tempo hoje permite, infelizmente. Então eu fico muito estimulado em ver o que está acontecendo e tenho certeza de que cada vez mais a gente vai poder intensificar isso. A Comissão de Saúde desta Casa passa agora a fazer um calendário, Deputado Antônio Pereira, de visita aos hospitais públicos do Maranhão. Todos os deputados da Casa que quiserem acompanhar o nosso calendário de visita serão informados no grupo de deputados que nós temos no WhatsApp para comparecerem às sessões. A gente faz questão disso. Deputado Ricardo Rios é o Presidente da comissão, estou como Vice-presidente neste momento e vamos cada vez mais fazer com que a Assembleia Legislativa fiscalize os serviços de saúde e possa também, mais do que notícias ruins que muitas vezes são ditas aqui em cima e exploradas politicamente, a saúde das pessoas às vezes utilizada como vitrine política, o que não deve ser, boas notícias tomarão a partir de agora também espaço e assento nesta Casa. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Roberto Costa, por cinco minutos, sem apertes.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, eu subo a esta tribuna hoje para fazer também o destaque de que o nosso colega, Deputado Marco Aurélio, já levantou esta questão hoje aqui nesta tribuna, principalmente pela importância desse fato que tem acontecido e está se iniciando, que é a questão da bonificação para os alunos que estudam nas escolas do estado do Maranhão e que vão fazer o Enem, eles terão um ganho de 20% na sua nota final. Essa é uma luta que foi travada no ano passado por esta Casa a partir de uma frente parlamentar que foi criada, comandada pelo nosso querido Deputado Marco Aurélio, que teve o Deputado Wellington, Deputado Roberto Costa também participando desta luta. Fizemos audiências públicas, fizemos uma audiência pública fundamental na cidade de Imperatriz na qual se consolidou todo um sentimento em defesa dessa bonificação, principalmente pela necessidade que nós temos hoje de garantir aos estudantes maranhenses permanência e suas vagas na estrutura da Universidade Federal do Maranhão, porque existem distorções terríveis nesse processo hoje de vestibular de classificação para as vagas da Universidade Federal do Maranhão. Nós temos uma situação complicada, por exemplo, na cidade de Imperatriz. O curso de Medicina de Imperatriz que é um curso novo, que foi instalado na cidade em função da nossa necessidade de termos mais médicos no Estado do Maranhão, a serviço do povo, como foi criado em Pinheiro. E onde praticamente, Deputado Edivaldo Holanda, 90% das vagas no curso de Medicina que são oferecidas pela Universidade Federal do Maranhão, quem termina assumindo essas vagas são alunos de outros estados. E qual é o grande prejuízo que o Estado do Maranhão sofre? É porque o curso se inicia, na metade do curso, a metade dos alunos consegue a sua transferência para a faculdade nos seus estados e os que concluem, depois de concluído, também retornam aos seus estados de origem. E o Maranhão que fez um grande investimento termina não tendo acesso a esta mão de obra qualificada e fundamental, tanto no campo econômico, mas principalmente na questão social do nosso estado que necessita de um número muito maior que médicos. Você pega inclusive essa questão, aqui da Universidade Estadual do Maranhão, aqui na cidade de Caxias, que

90% dos alunos são também de outros estados. O estado faz um investimento na nossa universidade e termina tendo como resultado um grande prejuízo, porque os formandos feitos pelo estado não terminam fazendo a prestação de serviço necessária para atender o povo do Maranhão. E agora a Universidade Federal do Maranhão, depois dessa grande luta travada, como eu disse, que teve o Deputado Marco Aurélio à frente dessa frente já colocou no Sisu a bonificação para os alunos maranhenses. É uma vitória importante em que o Estado do Maranhão será o grande vencedor. Porque agora nós vamos conseguir garantir um número muito maior de estudantes maranhenses nas vagas da Universidade Federal do Maranhão. Isso significa dizer garantir um futuro mais qualificado para o nosso Estado. Isso quer dizer que os alunos do Estado do Maranhão terão uma perspectiva muito maior de formação, por meio da Universidade Federal do Maranhão. Eu quero parabenizar aqui todos os deputados que compõem essa Frente em busca dessa bonificação na Ufma, inclusive, especialmente, ao Deputado Marco Aurélio. E também aqui, nós começamos uma nova luta. Eu com a Deputada Cleide Coutinho também estamos travando esta luta, para que esta bonificação também possa ser estendida a Universidade Estadual do Maranhão para garantir também aos estudantes maranhenses a bonificação de 20% no sua nota, para que ele possa ter poder de concorrência junto a alunos de outros estados, para que a Universidade Estadual do Maranhão consiga garantir as vagas para os maranhenses, porque os maranhenses formados, com certeza, prestarão serviço ao povo do Maranhão. Então, eu fico muito feliz por essa vitória que teve a bonificação na Universidade Federal do Maranhão. E começamos essa luta com a Deputada Cleide Coutinho para que a Uema também faça a bonificação para garantir o direito do povo do Maranhão. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Com a palavra, o Deputado Fábio Macedo, por cinco minutos, sem apertes.

O SENHOR DEPUTADO FÁBIO MACEDO (sem revisão do orador) - Louvado seja o nome do Senhor. Senhor Presidente, Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, galeria. Senhor Presidente, venho aqui para falar um pouco da nossa audiência pública que teve ontem. Realmente estou muito satisfeito pelo papel que teve ela ontem. Se iniciou com a Eneva fazendo as suas explanações, representada lá pelos seus diretores, a Elisa, que estava presente, e o senhor Jean Carlos. A gente percebeu que realmente a empresa não tem a boa vontade de implantar aqui no nosso estado o GNV. Mas, logo depois, deu suas explanações o presidente da Gasmar, o ex-deputado Deoclides Macedo, e ali nos alegrou. O Deputado Arnaldo Melo, também estava presente, membro da Comissão de Assuntos Econômicos aqui desta Casa, o Deputado Ciro Neto também estava presente, o Deputado Antônio Pereira. Nos alegamos muito e aumentou ainda mais a nossa esperança de saber ali. O Presidente Deoclides Macedo, representando o Governo falou que o Governo estava comprometido de realmente implantar o gás natural aqui no nosso estado. E o Governo tem um papel fundamental nesse processo porque a Gasmar que é a responsável por fazer a distribuição do nosso gás no Maranhão. E, logo depois, tivemos também a explanação lá representando o Secretário de Fazenda, o Marcellus, o senhor Jorge Castro, que também se colocou à disposição de fazer as isenções necessárias. Porque, em alguns estados que tem o GNV, eles dão diminuição no ICMS. E o Governador, também, por meio da Secretaria de Fazenda, se colocou à disposição de se discutir. Então, meus amigos, a gente vê a boa vontade do Governador Flávio Dino. Então isso só anima mais a nossa luta realmente de que o sonho dos maranhenses, que seja implantado o tão sonhado, hoje, GNV. Isso só vai mais economizar os bolsos dos maranhenses, que a cada semana são surpreendidos nos postos de gasolina com aumento do combustível. E o GNV, como eu já venho aqui colocando por várias vezes, é muito mais econômico. Para se ter ideia é quase a metade. Como já coloquei aqui alguns cálculos, com 80 reais, você, de gasolina, usa 170 km, e com o GNV, você pode rodar aí 370 km. Sem dúvida será uma grande



economia para os maranhenses. Então, meus amigos, a luta continua. Vamos continuar com essa bandeira. E tenho certeza que o maranhense, com certeza, vai fazer o uso daquilo que é dos maranhenses, que é o gás natural. O meu muito obrigado a todos que estiveram presentes. Era só isso, Senhor Presidente.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR – Presidente, só para uma Questão de Ordem...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Questão de Ordem, Deputado Duarte Júnior.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR (Questão de Ordem) - Mais uma vez fazer o registro de parabéns, congratulação ao Deputado Fábio Macedo pelos trabalhos. Desde a legislatura passada, o Deputado Fábio Macedo levanta essa bandeira do GNV, do gás natural. É uma causa que, com certeza, vai ser importante para todo o estado do Maranhão, para a economia, não apenas para os consumidores, mas também para os motoristas de táxi, motoristas por aplicativo e, claro, também para o meio ambiente. Parabéns, Deputado Fábio Macedo, e a todos que estão envolvidos. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Feito o registro, Deputado Duarte, aproveito para registrar a presença do Deputado Federal, nosso amigo Márcio Jerry.

O SENHOR DEPUTADO DUARTE JÚNIOR – Eu ia fazer esse registro, Presidente do meu partido, Márcio Jerry.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhoras e Senhores, Presidente e demais membros da Mesa, deputados, galeria, imprensa, internautas, telespectadores que nos acompanham por meio da TV Assembleia, o nosso mais cordial bom dia. Senhor Presidente, eu quero destacar já o pronunciamento anterior do Deputado Marco Aurélio e do Deputado Roberto Costa com relação à bonificação, uma luta antiga, um anseio antigo da comunidade estudantil que almeja entrar na faculdade, principalmente os acadêmicos de medicina, porque o carioca, o gaúcho, o paulista, mineiro vêm e tomam as vagas dos maranhenses e depois não permanecem no estado. Permanecem no Maranhão durante todo o curso, mas, ao terminarem, eles vão embora do estado do Maranhão e não são médicos maranhenses. Com a bonificação, nós temos como enraizar, fazer com que o maranhense faça o curso de medicina, conclua o curso de medicina e seja um médico maranhense, atuando na medicina do estado do Maranhão. Então é muito importante essa bonificação, pois com certeza quem ganha com isso é o Maranhão. Nós aproveitamos para registrar que para o segundo semestre, com esse acréscimo de 20%, nós teremos 25 vagas para Imperatriz, 25 vagas para São Luís, 25 vagas para Pinheiro, representando um acréscimo de 1.716 vagas com a bonificação. Parabéns, Deputado Marco Aurélio, pela iniciativa, pela luta. Parabéns aos demais deputados que se somaram a isso, Deputado Glalbert Cutrim, Deputado Roberto Costa, Deputado Othelino Neto, os demais deputados que estão nessa luta já há bastante tempo. Para mi, como educador, essa luta de muitos alunos que recorrem no dia a dia para que nós possamos fazer esse enfrentamento, com certeza é um momento de regozijo, é um momento de alegria. Então, parabéns, Deputado Marco Aurélio e todos os demais deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Senhor Presidente, mais uma vez, ontem nós fizemos uma grave denúncia do Governador Flávio Dino e aproveitamos mais uma vez para solicitar que a base e o líder do Governo possam se justificar. Primeiro, o Governador tomou mais de 60 mil viaturas, carros e motos de maranhenses, mas agora bebe do mesmo veneno. Qual veneno? O Governador tomou 60 mil

carros e motos de forma impiedosa, maquiavélica, dos maranhenses, dos trabalhadores, e agora tem veículos da Polícia Militar sendo rebocados. Af ontem o líder do Governo veio com uma justificativa esfarrapada. Eu pedi a ele que se esforçasse mais, se esforce mais para dar uma boa justificativa, porque ele disse: “Não, as viaturas, quando têm problema, ficam paradas no pátio”. Senhoras e senhores, as viaturas foram rebocadas do pátio, foram retiradas do pátio. São 70 viaturas que estão com os seus pagamentos atrasados dos alugueis da Zetta Frota. Eu solicitei informação por parte da base do Governo, mas, senhoras e senhores, o mais grave não é isso, e não foi ninguém que mandou mensagem, não foi denúncia, eu estava saindo da Assembleia Legislativa, indo para o Fórum, e identifiquei, constatei uma viatura, um veículo com a placa de vende-se, como o adesivo estava meio que manchado, o que que eu fiz? Tirei a foto, e nós tínhamos solicitado ao Governo do Estado uma relação das viaturas compradas, adquiridas ou alugadas pelo Governo do Estado. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, pasmem, pasmem, a viatura que circula pelo centro de São Luís, pela cidade de São Luís está na relação do Governo do Estado como uma viatura do 20º BTM, ou seja, a viatura da propaganda enganosa do governo está no 20º BTM. A viatura na realidade está rodando em São Luís com placa de vende-se. Então, com a palavra, mais uma vez, o Governador Flávio Dino, a base do governo, principalmente o Deputado Rafael Leitão se esforce para trazer uma justificativa mais plausível. E pela quinta vez trago aqui a denúncia da Escola Joaquim Soeiro, lá no povoado Mamede, pela quinta vez, o Governador Flávio Dino se vangloria que tem oitocentos e cinquenta escolas reformadas ou totalmente construídas, mas fica o nosso questionamento: o que que é reformar uma escola? Pintar o muro, trocar logomarca do governo anterior para o governo atual? Porque essas escolas nem muro têm, uma escola que nem muro tem, uma escola no povoado Mamede, na cidade de Barreirinhas, consta na relação do Governo do Estado com uma Escola Digna, só que uma escola digna de pena. Vou concluir, Senhor Presidente. Uma escola digna de pena, uma escola digna de pena, ou seja, uma escola indigna. E eu cobrei na semana passada na terça e na quarta-feira, já cobrei nesta semana, estou cobrando pela quinta vez, uma explicação, por que que essa escola consta como reformada? Onde foi colocado o dinheiro da reforma dessa escola? E se essa escola não é digna, se é uma escola digna de pena, por que que consta na relação do Governo do Estado? Ou vão se calar diante dessa grave denúncia? Mas só para registrar, Senhor Presidente, já denunciamos no Ministério Público, lá da cidade de Barreirinhas, já fizemos também uma solicitação, à Comissão de Educação desta Casa, Deputado Hélio Soares, já está autorizado. E nós vamos fazer uma visita em loco, lá no povoado Mamede, a cinquenta quilômetros de Barreirinhas. E com a palavra, o Governador do Estado que explique por que a escola digna de pena, consta na escola do Governador Flávio Dino, como Escola Digna? Mais uma propaganda mentirosa do governo, que gasta dinheiro público, gasta dinheiro público para continuar mentindo. É a velha prática política, e a prática de Goebbels da 2ª Guerra Mundial. Vou concluir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Tem mais um orador e o tempo está se esgotando, peço, por favor.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – É o que tinha para o momento, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Antônio Pereira, por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Secretários presentes à Mesa, caros Colegas, Deputados e Deputadas, imprensa, galeria, internautas, ocupo esta tribuna, nesta manhã, para tratar de um assunto que já foi tratado, e com grande maestria tem sido tratado desde o ano passado,



pelo nosso Deputado colega, Fábio Macedo. Ontem, após uma visita *in loco*, onde eu não me fiz presente. Lá, em Santo Antônio do Lopes, na planta da Eneva, por meio de um requerimento do próprio Deputado Fábio Macedo aconteceu uma audiência pública nesta Casa no auditório Fernando Falcão com a presença de vários deputados, inclusive eu, Antônio Pereira, Deputado Arnaldo Melo, Deputado Ciro, que não está aqui, e com a presença dos atores desse ramo, que é exploração de petróleo, exploração de gás. Ali estava a Gasmar, que é uma empresa de economia mista, estava a Eneva, que é uma empresa da iniciativa privada aberta com suas ações em bolsa, representantes da sociedade civil organizada, como o Sindicato dos Taxistas, como sindicatos de outros setores de transporte, todos preocupados com essas questões que foi levantada, aqui, nesta Casa, pelo Deputado Fábio Macedo, que é o gás natural veicular. Mas também estamos preocupados com o gás industrial, com outros ramos; e lá todos os atores, inclusive do Estado do Maranhão, o Diretor Presidente da Gasmar. O ex-deputado Deoclides Macedo esteve lá também e fez colocações brilhantes. E alguns Diretores da Eneva, inclusive diretor institucional, diretor para relações externas se pronunciaram tecnicamente e até dentro de algumas questões de legislação. E lá, para mim, ficou claro que a Eneva, que é a empresa que faz a perfuração, que, portanto, retira do solo, do nosso solo maranhense, o gás da Bacia do Parnaíba, o gás natural, ela não trabalha aqui, na sua planta, aqui no Maranhão, em nenhuma planta no Brasil. Ela trabalha com gás veicular, produzindo, Deputado Arnaldo Melo, gás veicular. Foi, inclusive, uma pergunta minha que fiz lá. Portanto não vamos acreditar que ela, excepcionalmente, possa implantar tecnicamente uma estrutura para atender ao consumidor maranhense, tanto no gás industrial quanto no gás veicular. Restou a Gasmar, que tem esse projeto no seu bojo, tem esse projeto no seu planejamento. Porém a Gasmar não perfura, não produz o gás. Ela depende que a Eneva faça algum tipo de convênio, ou entregue algum poço, para que ela possa transformar esse gás em gás natural, em gás industrial, para poder, por meio de transporte rodoviário ou ferroviário, mas principalmente rodoviário, trazer esse gás veicular para os diversos rincões do estado do Maranhão, principalmente a São Luís, que é maior cidade, e à região do sul do Maranhão, que é Imperatriz. Isso, naturalmente, se hoje a Eneva concedesse um poço ou concedesse uma determinada quantidade de gás para Gasmar, levaria, pelo que eu entendi lá, em torno de dois anos e meio ou mais para que se implantasse no estado do Maranhão. E me parece que essa questão, Fábio Macedo, é uma questão mais premente, mais urgente, mais necessária, até pelo que nós ouvimos ali dos presidentes dos sindicatos, especialmente do Sindicato dos Taxistas e de outras representantes da Sociedade Civil Organizada. Diante disso, tem um impasse. A Gasmar quer fazer, está dentro do seu planejamento, mas não tem o gás. A Eneva tem o gás, mas não pode ceder à Gasmar, por quê? Porque tem contratos para transformar esse gás em energia elétrica e jogar no leão nacional. Ela tem que cumprir esse contrato e, se ceder gás para a Gasmar, a Eneva deixa de cumprir os seus contratos porque está perfurando mais, prospectando mais gás para poder produzir mais energia elétrica para o país. E aí, Deputado Arnaldo Melo, Deputado Fábio Macedo, para o meu entendimento, só nos resta uma coisa diante desse impasse. Eu já pedi para a minha assessoria, hoje pela manhã, fazer um levantamento da legislação do Estado, da nossa legislação, em relação à entrada de combustíveis, portanto, quando eu falo de entrada, é importação de outros estados porque tem bem aqui o estado do Piauí que lá tem gás veicular e aqui não tem, mas eles trazem de outro estado. Nós somos o segundo maior produtor do Brasil, mas não temos gás veicular para o nosso consumo interno. O Piauí tem porque importa, traz de outros estados. Portanto, eu pedi para que nós pudéssemos fazer um levantamento, já estamos fazendo, a nossa assessoria com a assessoria desta Casa, para que vejamos a legislação do Estado em relação aos combustíveis fósseis e seus derivados, gás industrial, GNV, petróleo, gasolina e diesel e etc., a fim de que nós possamos receber, por meio de compra direta, importando de outros estados, e atender, mesmo que temporariamente, até a Gasmar se resolver com a Eneva, ou de outra maneira, e possa produzir o gás no Maranhão. Assim, nós poderemos atender aos nossos consumidores que estão à espera do gás, do GNV,

do gás natural veicular, e também do gás industrial. Se preciso for, poderemos modificar, conjuntamente com o Estado do Maranhão, a Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente, etc., a quem de direito, a legislação para fazermos a importação de outros estados e atendermos à demanda reprimida hoje no estado do Maranhão, enquanto a Gasmar implanta uma planta técnica capaz de produzir o gás para o povo do Maranhão. Era essa a nossa contribuição. Acho de grande importância, Deputado Arnaldo Melo, V.Ex.^a ontem se pronunciou com toda sua experiência majestosamente ali diante daqueles atores. Nós sabemos que a Eneva é uma empresa de iniciativa privada que, neste momento de crise pelo qual o país passa, tem mantido aqui o seu planejamento, tem mantido aqui o seu trabalho, dando empregos diretos e indiretos ao povo do estado do Maranhão. Talvez não esteja 100% cumprindo a sua função social, mas vamos atrás disso e vamos cobrar, Deputado Fábio Macedo, como V.Ex.^a muito bem colocou, vamos cobrar para que as coisas possam acontecer no estado do Maranhão. Finalmente, Senhor Presidente, obrigado pelo tempo, eu gostaria de cumprimentar o Deputado federal que está aqui, que está no nosso meio, Deputado Márcio Jerry que, com certeza também, ele com toda a sua experiência, Deputado Federal, vai nos ajudar nessa questão da legislação, para que, o mais rápido possível, o Maranhão possa receber GNV - Gás Natural Veicular, e também o gás industrial. Muito obrigado, Senhor Presidente.

IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Projeto de Lei nº 096/2019, de autoria dos Deputados Mical Damasceno e Pastor Cavalcante (lê). Em discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam estão. Aprovado, vai a segundo turno. Projeto de Lei nº 128/2019, de autoria da Deputada Mical Damasceno (lê). Em discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, vai a segundo turno. Projeto de Resolução Legislativa nº 030/2019, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (lê). Em discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, vai a segundo turno. Requerimento nº 287/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso (lê). Eu peço ao Deputado Wellington do Curso que possa subscrever este seu Requerimento, lógico, com a sua anuência.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO - Não é nem autorização, é uma honra.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM - Muito obrigado, Deputado Wellington. Em discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento n.º 288/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso (lê). O mesmo teor, Deputado Wellington, peço para subscrever.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA - Gostaria de subscrever esse Requerimento também.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (Questão de Ordem) – Só questão de Ordem, Presidente Glalbert Cutrim. Primeiro, que é uma honra apresentar dois requerimentos, os dois requerimentos ter o desejo e a vontade do Presidente desta Casa, Deputado Glalbert Cutrim, como também do Deputado Edivaldo Holanda. Por vários motivos, primeiro são dois juristas renomados, dois juristas conceituados. O primeiro, o Dr. Thiago Brayner, um dos melhores advogados do Maranhão, de reconhecimento nacional, um dos melhores escritórios de advocacia do Estado do Maranhão. E também o Dr. Blume, Procurador do Estado e Conselheiro Federal da OAB. Então nos deixa muito orgulhoso, não só com V. Ex.^a também subscrever, mas que outros Deputados que desejam podem ficar à



vontade. E é o nosso reconhecimento a esses dois grandes juristas do Maranhão, tanto do Thiago Brayner como o Dr. Blume.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Obrigado, Deputado Wellington, peço que a Mesa deixe subscrito a minha e a assinatura do Deputado Edivaldo Holanda. Requerimentos à Deliberação da Mesa. O Requerimento nº 283 e 284/2019, de autoria do Deputado Zito Rolim e do Deputado Pará Figueiredo, respectivamente, estão ausentes os dois autores. Por isso, fica transferido para a próxima Sessão. Requerimento nº 285/2019, de autoria da Deputada Andreia Martins Rezende (lê). A Deputada está ausente, mas, como se trata de justificativa de falta, nós iremos votar. Deferido. Requerimento nº 286/2019, de autoria da Deputada Andreia Martins Rezende (lê). Deferido. Fica incluído na Ordem do Dia da Sessão de segunda-feira, dia 27 de maio, o Requerimento nº 289/2019, de autoria do Deputado César Pires, e o Requerimento nº 290/2019, de autoria do Deputado Hélio Soares.

V - GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Zé Inácio, por 30 minutos, com apertes.

O SENHOR DEPUTADO ZÉ INÁCIO – Senhor Presidente, abro mão do tempo e vou falar em outro momento.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Senhor Presidente, se ele declinar do tempo, o Deputado Wellington deseja utilizar o tempo do Grande Expediente, por gentileza.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Deputado Wellington, por 30 minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente Glalbert Cutrim, aproveito para cumprimentar de forma muito especial. O senhor tem sido um exímio presidente e muito atento aos nossos clamores. Muito obrigado, Presidente Glalbert Cutrim. Senhor Presidente, demais deputados, galeria e imprensa, eu quero tratar de um assunto muito delicado e um assunto que é muito caro para o Deputado Wellington, que é sobre a segurança pública do estado do Maranhão. Nós defendemos, nesta Casa, segurança pública em duas vertentes, a segurança pública da sociedade, a segurança pública do cidadão. E essa segurança pública do cidadão é maquiada. Uma jovem foi assassinada dentro de um ônibus quando estava atravessando a ponte do São Francisco e, até hoje, não houve a conclusão do inquérito, ou que nós tenhamos conhecimento. Então a segurança do cidadão: daquele cidadão que, quando é pesquisado, coloca nos primeiros itens segurança pública; daquele cidadão que já teve o seu celular furtado ou roubado; daquele cidadão que se sente inseguro ao adentrar no ônibus coletivo em São Luís, e o ônibus pode ser assaltado. Nós temos um grande número de assaltos ao transporte coletivo em São Luís. E trechos que já são bastante conhecidos. Trechos que já foram bastante denunciados. E a sociedade já tem conhecimento desse trecho e já fica sobressaltada quando se fala de segurança pública, quando se fala nesse trecho. Então nós defendemos a segurança pública do cidadão, do cidadão maranhense, mas defendemos também a qualidade de vida do agente de segurança pública, a ampliação de vagas para policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e também a garantia de direitos desses trabalhadores na segurança pública, na Polícia Civil, por exemplo, os questionamentos são os mais diversos, totalmente diferente do que o Governador Flávio Dino apresenta. Constantemente, o Sindicato dos Policiais Civis, que é um sindicato aguerrido, um sindicato que não se vendeu, um sindicato que tem feito um enfrentamento com seriedade e responsabilidade ao Governo do Estado, faz campanhas publicitárias chamando a atenção para o descaso do Governo do Estado com a Polícia Civil, com a Polícia Judiciária.

Nós já constatamos e já verificamos, em algumas delegacias, a necessidade de contratação de mais pessoal, de mais concurso público, de nomeação de mais delegados, policiais, investigadores, melhor adequação do ambiente de trabalho nessas delegacias, viaturas, bem como também da Polícia Militar. Portanto, a nossa defesa do policial militar, daquele agente de segurança que sai de casa vivo, se despede da esposa, se despede dos filhos, se despede da mãe e não sabe se volta vivo para casa, sai de casa para defender as nossas vidas, mas não sabe se volta vivo para casa. Então, senhoras e senhores, nós defendemos a segurança pública em duas vertentes, a segurança pública em defesa da população e em defesa dos agentes de segurança pública. Nessa linha, eu quero fazer referência a uma maldade praticada pelo Governador Flávio Dino ao enganar e ludibriar 3.200 no concurso da Polícia Militar. Mas eu preciso fazer uma retomada, que retomada é essa? O Governador Flávio Dino, durante um debate em 2014, com o então candidato ao Governo do Estado, Edinho Lobão, disse que ia dobrar o efetivo da Polícia Militar. Não fui eu quem disse, foi o Governador do Estado que disse que ia dobrar o efetivo da Polícia Militar durante um debate com o então candidato ao Governo do Estado, Edinho Lobão, em 2014. Veio 2015, nada! 2016, nada! 2017, o Governador do Estado anuncia um concurso para a Polícia Militar com 1.214 vagas, mais de 100 mil candidatos inscritos, aproximadamente 105 mil candidatos inscritos. Eu fui o primeiro a denunciar o concurso da Polícia Militar, porque no dia que abriu o concurso, no dia em que liberaram o edital, no mesmo dia cancelaram, suspenderam as inscrições, o que chamou nossa atenção. Um concurso tão desejado, tão esperado, tão almejado, mas que não teve planejamento do Governo do Estado, pois, no dia que abre as inscrições, as inscrições são suspensas. Então, já acendeu uma interrogação, um questionamento sobre a ação do concurso da Polícia Militar. Dias depois, as inscrições foram abertas. Nós solicitamos ao Governo do Estado que pudesse abrir a possibilidade da realização de provas nas cidades de Imperatriz, Timon, Pedreiras, Bacabal, Santa Inês, uma vez que o local de prova seria somente em São Luís. Solicitamos a possibilidade de abertura de realização da prova em outros municípios. Para a nossa surpresa, foi autorizada a realização de prova em Imperatriz e Timon. Outra reclamação trouxemos para a Assembleia Legislativa: a prova da Polícia Militar foi antecipada em 45 dias! Nunca ocorreu em concurso pelo Brasil a fora de os candidatos serem prejudicados em 45 dias. A prova foi antecipada em 45 dias. Na semana das provas, nós tomamos um susto, pois todos os candidatos começaram a denunciar que, além de São Luís, Imperatriz e Timon, Teresina também seria polo de realização da prova. Alteração no edital, a bel-prazer, modificação do edital sem uma consulta prévia, ou seja, o edital é a norma do concurso. Não pode ser alterada a todo momento e a bel-prazer do Governador do Estado que acha que está em um governo de exceção. Na época do Absolutismo, o estado sou eu, o Rei Sol, o rei manda e todos têm que obedecer. Senhor Flávio Dino, a verdade não é bem assim. Só que o Governador Flávio Dino o que fez? Porque estava próximo da campanha eleitoral, ludibriou, enganou 3.200 famílias, 3.200 homens e mulheres. E disse que ia nomear esses candidatos para fazer o Curso de Formação. O que ele fez? Convocou para fazer o Curso de Formação na Polícia Militar. Fizeram o Curso de Formação. Foram nomeados na Polícia Militar, receberam a matrícula, passaram a ser servidores públicos, só que depois ele efetivou somente 1.214. 1.860 homens ficaram de fora, mas fica o nosso questionamento: se ele não ia nomear os 1.860, por que ele ludibriou, por que enrolou para fazer o Curso de Formação? “Ah, Deputado Wellington, para economizar. Já vão ficar como cadastro de reserva”. Senhoras e Senhores, cadastro de reserva, ok, é compreensível, mas eles saíram da condição de cadastro de reserva e fizeram Curso de Formação. São soldados formados, não nomeados, e desempregados pelo Governador Flávio Dino que, insensivelmente, esses homens e mulheres acamparam por mais de 40 dias na porta do Palácio tentando sensibilizar aquele coração de pedra, tentando sensibilizar aquele coração comunista diante da maldade que estava praticando. Homens e mulheres que largaram seus empregos, faculdade, saíram do aconchego do seu lar para se dedicar ao Curso de Formação da Polícia Militar. E hoje não conseguem emprego, vão pedir emprego, o empregador diz: “Se você fez o Curso de Formação na



Polícia Militar você pode ser nomeado a qualquer instante. Então, não tenho como te conceder um emprego, a qualquer instante você vai abandonar o emprego". Ou seja, uma situação deplorável, muitos deles estão passando fome, passando necessidade, estão com depressão. Se não tinha intenção, interesse em nomear para que, que fez o Curso de Formação? "Deputado Wellington, precisava do cadastro de reserva, ok". Faz um cadastro de reserva com 100, com 200. Mas não colocar 3.200 para fazer o Curso de Formação se não ia chamar? Gastou o dinheiro público com a formação. Gastou com o dinheiro público pagando solto, o salário, água, luz. Lá no Curso de Formação, no CFAP, para não nomear. É incompreensível. Mas, Senhoras e Senhores, eu trago aqui a decisão da juíza Cleonice Conceição do Nascimento, do Juizado Especial da Fazenda Pública, que ela reconheceu que aluno no Curso de Formação é militar da ativa. Ela fez o Curso de Formação é militar da ativa. E na decisão ficou determinado que o Governo do Estado e a Polícia Militar do Maranhão procedessem a manutenção da aluna no Curso de Formação e demais etapas, nas mesmas condições dos demais até o julgamento final da ação. Senhoras e Senhores, essa decisão reforça que eles são, sim, militares da ativa. E a decisão da magistrada tomou como base do Artigo 2º, da Lei nº 6.503/95, que reconhece os alunos do Curso de Formação, policiais militares como policiais da ativa. Eu já aproveitei também para convidar todos soldados formados não nomeados e desempregados pelo Governador Flávio Dino, que teremos audiência pública, na próxima segunda-feira, às 14h, no auditório da OAB, com a presença do presidente da OAB, doutor Thiago Diaz, com a presença do presidente da Comissão de Segurança da OAB e com a presença também da presidente da Comissão de Concurso e Seletivos da OAB. Então, na próxima segunda-feira, às 14h, no auditório da OAB/Maranhão, uma audiência pública para tratar da Ação Civil Pública. Porque com essa decisão da juíza Cleonice Conceição Nascimento, o Juizado Especial da Fazenda Pública, corrobora, ratifica, a nossa defesa desde o princípio. A luta dos candidatos que fizeram o Curso de Formação, que hoje são soldados formados, nomeados, ou melhor, não nomeados pelo Governador Flávio Dino. E eu creio que com isso vai fortalecer e muito a luta desses soldados. No ano passado, nós aprovamos para o Orçamento 2019, também a possibilidade de criação de duas mil vagas, para que pudesse contemplar os 1.800 soldados formados e não nomeados, bem como todos os sub judice, os candidatos que fizeram curso da área médica, psicólogos, dentistas. Estou nessa luta em defesa da nomeação dos soldados formados, não nomeados e demitidos pelo Governador Flávio Dino. Senhor Presidente, trago à Tribuna desta Casa, uma outra grave denúncia que circula já algum tempo no Estado do Maranhão e aqui agora se avolumou, porque já existe uma nota e um posicionamento do Tribunal de Justiça do Maranhão, bem como da OAB, que se trata do suposto esquema de grampos e monitoramento do cidadão maranhense. Que cidadão é esse? Deputados, juízes, desembargadores. Senhoras e senhores, vejam bem o início do meu pronunciamento: suposto esquema de grampo e monitoramento. Eu fui vítima disso em 2016, monitorado, perseguido. Uma viatura Hilux me acompanhou do retorno do São Francisco até à porta do palácio e deu duas a três voltas quando identifiquei aquela viatura. Naquele momento, eu já tinha identificado, por conta, talvez, das minhas ações e do meu conhecimento como especialista em inteligência militar. Durante 15 anos, fui sargento do Exército e 10 anos no serviço de inteligência. E pude colocar em prática o pouco conhecimento que tinha. E consegui visualizar, constatar que estava sendo monitorado, seguido por uma viatura Hilux. Senhoras e senhores, naquele momento, a vontade era de pegar uma pedra e quebrar o para-brisa daquele carro, mas eu sabia também que, naquele momento, como candidato a prefeito de São Luís figurando nas pesquisas em terceiro lugar, seria o momento para tentar desqualificar, que eu seria desequilibrado. Como tentaram desqualificar a nossa imagem permanentemente. Tentaram destruir a nossa imagem de homem sério e de homem honrado durante a campanha para prefeito de São Luís. Deputado Yglésio, a máquina de desconstruir, desconstruir histórias, dignidade. Deputado Yglésio, durante a campanha para prefeito de São Luís disseram que eu havia abandonado a minha mãe, que eu batia na minha filha, que eu era homossexual, que eu havia invadido terreno

público e um monte de inverdades para nos prejudicar, um monte de fake news, um monte de inverdades, diariamente, para nos prejudicar. Na eleição para 2018 para Deputado Estadual da mesma forma. Nós denunciamos na Justiça Eleitoral e na Polícia Federal a utilização de um fake news de grupos orquestrando para destruir a nossa imagem, desqualificar o nosso trabalho. Nós apresentamos uma ação na Justiça Eleitoral, ganhamos a ação, conseguimos que o Instagram e Facebook encaminhasse para Justiça Eleitoral todos os IPs das máquinas que praticavam esses crimes, esses delitos. Com base nesses IPs, nós denunciamos na Polícia Federal. E hoje eu estou protocolando, mais uma vez, com base na Lei de Acesso à Informação a conclusão do inquérito e quais os procedimentos adotados pela Polícia Federal diante dessa denúncia, em 2018. Então, Senhoras e Senhores, vejam um membro do Poder Legislativo, um Deputado Estadual que constatou que estava sendo monitorado, estava sendo seguido e perseguido. Não tenho as provas ainda de grampos, mas, como eu falei desde o princípio, uma suspeita de uma denúncia gravíssima que precisa ser apurada pelo Ministério Público, precisa ser apurada pelo Judiciário, pois envolve desembargadores, e esta Casa também não pode se calar. Na legislatura passada, o Deputado Raimundo Cutrim fazia muitos questionamentos nesse sentido e agora um deputado federal, que é ex-deputado, Deputado Josimar de Maranhãozinho, também se reclama, lamenta o ocorrido de que, durante a eleição de 2016, foi perseguido, foi prejudicado nas suas bases com os seus prefeitos e com o monitoramento. Então não estou acusando ninguém, não estou colocando o dedo na ferida de ninguém, mas precisamos, sim, compreender o que aconteceu, porque as denúncias também nas eleições de 2018, do monitoramento da Polícia Militar, ou suposto monitoramento da Polícia Militar de opositoristas, de oposição ao governo Flávio Dino, isso é grave, é gravíssimo. Na história recente do país, muita gente está presa no estado do Mato Grosso, o Secretário de Segurança Pública anda com tornozeleira, está preso, caíram secretários, delegados, então nós precisamos saber o que está acontecendo no Maranhão. Senhoras e senhores, pelo pouco conhecimento que eu tenho de inteligência, nós precisamos inclusive ter uma auditoria no Guardião, pois todos nós podemos estar grampeados. E é muito fácil, coloca um lote de deputados ou de alguns deputados no sistema do Guardião, juntamente com outras investigações, com facções, com outros delitos e fica lá inserido, já numa ordem judicial, e aí todos ficamos monitorados, grampeados e justificados. A partir do momento que tivermos uma auditoria tanto do Guardião como também nas operadoras Vivo, Claro e Oi dessas ligações, no rastreamento dessas ligações, nós vamos poder compreender se realmente aconteceu, mas que possa ser esclarecido. No sistema de segurança pública do Estado do Maranhão, existem homens valorosos, homens de bem, e nós fazemos esse registro. No sistema de segurança pública do Estado do Maranhão, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiro, temos homens de bem, homens sérios, homens honrados, homens valorosos e é por isso que precisamos esclarecer, não podemos jogar o nome da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar na lama. Pelo contrário, precisamos ter esclarecimento. Senhoras e senhores, isso é tão grave, tão grave, que os deputados poderiam inclusive pensar na possibilidade de uma CPI para que pudéssemos ouvir a todos, ouvir desde o Secretário de Segurança Pública, o delegado que está preso, o Ney Anderson, que está afastado, além de outras pessoas que surgiram no bojo da investigação, no bojo dessas denúncias. Na Nota do Tribunal de Justiça e da OAB já há um posicionamento que já havíamos cobrado aqui nesta Casa e o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a OAB, o Ministério da Justiça precisa se posicionar diante dessa grave denúncia. Senhoras e Senhores, na manhã de hoje, quem vos fala é um Deputado que sentiu na pele a perseguição e o monitoramento. Voltando à memória aquele fatídico dia em frente ao Palácio, que deu vontade de quebrar o para-brisa daquele carro, para poder identificar o motorista e quem estava na viatura fazendo qual monitoramento, que tipo de monitoramento. Mas eu tenho certeza de que os prejuízos, a cinco dias da eleição, seriam grandiosos para o Deputado Wellington. Então, me contive e registrei a ocorrência na Polícia Federal e comuniquei ao então Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Humberto Coutinho. Então, Senhoras e Senhores,



nós não estamos na ditadura, não é um estado de exceção, embora nós estejamos monitorados, seguidos da Assembleia até nossa casa, da Assembleia até uma audiência. Senhoras e Senhores, não foi a 1ª e nem a 2ª e nem a 3ª vez. Eu identifiquei saindo da Assembleia Legislativa para fazer uma audiência no Maibão sendo seguido, sendo monitorado. Isso não existe, isso é um absurdo! Então, precisamos ter um posicionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, precisamos ter um posicionamento da classe política. Hoje já saiu a informação de que um Senador da República, o Senador Roberto Rocha também está na relação de monitorados, de grampeados. Então, precisamos ter isenção nessas investigações, precisamos ter seriedade e responsabilidade nessas investigações, não podemos apontar o dedo para ninguém, para secretário, para delegado A, para delegado B, para policial X, para comandante A, para comandante B, não, nós precisamos ter os esclarecimentos, de forma séria, de forma responsável. E a Assembleia Legislativa cumpre o seu papel, neste momento, a Assembleia Legislativa precisa se colocar à disposição para fazer os devidos esclarecimentos, e principalmente Deputados nesta Casa que tenham a perfeita compreensão do momento em que nós vivemos. Não podemos simplesmente questionar os atos do Governo Federal e não questionar os atos do Governo Estadual. Eu tenho coerência política, eu fiscalizo, cobro, denuncio os atos da administração pública municipal não só do Prefeito de São Luís, mas de outros municípios, do Governo do Estado do Maranhão e do Governo Federal. Eu tenho coerência política, e faço isso para a Assembleia Legislativa, com muita responsabilidade. E tenho muito respeito à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - tenho muito respeito à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - à Polícia Militar. E muitas vezes atuamos em conjunto tanto a Secretaria de Segurança Pública como a Polícia Militar. E, no passado, em atividades com a Secretaria de Segurança Pública, com o Serviço de Inteligência da Polícia Militar, com a ABIN, muitas vezes despachei com o delegado Jefferson Portela. Muitas vezes, despachei com muitos comandantes da Polícia Militar, que hoje estão aposentados, de forma séria, de forma responsável. Não estou aqui para ofender ninguém. Estou aqui com um único propósito, com um único objetivo, que possa ser esclarecido. Porque as denúncias são graves, ou melhor, são gravíssimas e, principalmente, uma afronta ao Estado democrático de direito, uma afronta ao Estado democrático de direito, e nós não podemos permitir. Então a Assembleia Legislativa precisa se posicionar. Vou levar para a Comissão de Segurança desta Casa quais as medidas que serão adotadas pela Comissão de Segurança desta Casa. Inclusive, além de levar a situação para a Comissão de Segurança desta Casa, cobrar um posicionamento da Comissão de Segurança da Assembleia, também já cogitando a possibilidade da criação de uma CPI para que possamos averiguar, investigar todas essas denúncias que já surgiram, desde a nomeação de capelães, desde a investigação e o monitoramento por parte da Polícia Militar e dessas graves denúncias envolvendo a segurança pública do Estado do Maranhão, ou o sistema de segurança pública do Estado do Maranhão. Estou à disposição. Eu acredito que a Assembleia Legislativa também está à disposição para os devidos esclarecimentos da Secretaria de Segurança Pública. Não estamos fazendo julgamento nem estamos fazendo pré-julgamento. Estamos, sim, solicitando os devidos esclarecimentos ao Poder Legislativo, à Assembleia Legislativa. E quem fala isso é um deputado que já foi monitorado, que já foi perseguido. Para finalizar, mais uma vez a nossa defesa dos policiais militares formados e não nomeados, desempregados pelo Governador Flávio Dino. Na próxima segunda-feira, às 14 horas, uma audiência na OAB, com o Presidente da OAB, Comissão de Segurança, Comissão de Concursos e Seletivos, para que possamos tratar da ação civil pública para efetivamente ajudar na nomeação desses aprovados no concurso da Polícia Militar. Era o que eu tinha para o momento, Senhor Presidente. Que Deus abençoe a todos e estenda as suas mãos poderosas. Finalizando, ainda tenho três minutos, eu quero parabenizar o Sampaio Corrêa que, mesmo diante da derrota no finalzinho do segundo tempo por 1 a 0, foi guerreiro. Todos que estavam ontem no Castelão comprovaram isso. Eu sou assíduo frequentador do Castelão, prestígio todos os jogos do Sampaio, do Moto, do Maranhão, do

Cordino, Ribamar, Santa Quitéria, Imperatriz. Eu vou. Eu gosto. Gosto de ir ao estádio e de cumprimentar as pessoas, os torcedores e pegar minha garrafinha de coco, de morango, de abacaxi, sorvete, churrasquinho de gato, a pipoca. Eu vou ao estádio para consumir e ontem eu fiz isso novamente. Fui ao estádio, fiquei lá com a torcida do Sampaio e vi o quanto o Sampaio foi guerreiro. Parabéns ao Sampaio Corrêa. Mesmo diante de muitas críticas, os torcedores apoiaram o Sampaio que foi guerreiro, merecia a vitória diante do Palmeiras ontem, mas infelizmente um descuido já no finalzinho perdeu de 1 a 0, mas confiamos que possamos reverter, em São Paulo, diante do grande Palmeiras, essa situação e avançar na Copa do Brasil. Então, parabéns, Sampaio Corrêa! Parabéns a todos os times que estão no Campeonato Brasileiro, seja ele na Série C, na Série D. Nós temos o Moto aí ganhando todas. Então, parabéns a todos os times maranhenses. Então, que Deus abençoe a todos. Obrigado pelo carinho. Obrigado pela atenção, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Aproveito e o parabenizo, Deputado Wellington, fazia tempo que eu não via V.Exa. não extrapolar o prazo. Mas faço o registro, em Plenário, na galeria, dos Vereadores de Pinheiro, a pedido do Deputado Leonardo Sá, Vereador Edinildo, Vereador Riba do Bom Viver e Vereador Capadinho, sejam bem-vindos a nossa Casa. Tempo dos Partidos ou Blocos: Bloco Parlamentar de Oposição. Declina. Bloco Parlamentar Solidariedade/PP, também declina. Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. Declina. Bloco Parlamentar Democrático, PR/PMN. Declina.

VI- EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Não há oradores inscritos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO GLALBERT CUTRIM – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Resumo da Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove.

Presidente Senhor Deputado Othelino Neto.
Primeira Secretária Senhora Deputada Andreia Martins Rezende.
Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Glalbert Cutrim.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Adriano, Andreia Martins Rezende, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Carlinhos Florêncio, César Pires, Ciro Neto, Daniella Tema, Detinha, Doutor Leonardo Sá, Doutor Yglésio, Doutora Cleide Coutinho, Doutora Helena Duailibe, Doutora Thaiza Hortegal, Duarte Júnior, Edivaldo Holanda, Fábio Macedo, Felipe dos Pneus, Glalbert Cutrim, Hélio Soares, Mical Damasceno, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Pastor Cavalcante, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Ricardo Rios, Rigo Teles, Roberto Costa, Wellington do Curso, Wendell Lages, Zé Gentil, Zé Inácio Lula e Zito Rolim. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Ariston, Edson Araújo, Fernando Pessoa, Neto Evangelista, Paulo Neto, Rildo Amaral e Vinícius Louro. O Presidente declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, do Resumo da Ata da Sessão anterior e do Expediente, que foi encaminhado à publicação. Em seguida, concedeu a palavra aos Deputados Zé Gentil, César Pires, Daniella Tema, Antônio Pereira, Professor Marco Aurélio, Ciro Neto, Fábio Macedo e Zito Rolim. Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia, anunciando, em segundo



turno, tramitação ordinária, o Projeto de Lei nº 071/2019, de autoria do Deputado Felipe dos Pneus, que assegura o acesso dos profissionais de educação física “Personal Trainer” às Academias de Ginástica do Estado do Maranhão para acompanhamento dos seus alunos. Este projeto foi aprovado e encaminhado à sanção governamental. Também em segundo turno, tramitação ordinária, foi aprovado e encaminhado à promulgação o Projeto de Resolução Legislativa nº 018/2019, de autoria do Deputado Rafael Leitao, subscrito pelos Deputados Ricardo Rios, Glalbert Cutrim, Fábio Macedo, Professor Marco Aurélio e Zito Rolim, que concede o título de Cidadão Maranhense ao Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, o Prefeito Erlânio Luna Xavier. Em primeiro turno, tramitação ordinária, o Plenário aprovou os Projetos de Lei nºs: 108/2019, de autoria da Deputada Daniella Tema, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Enfrentamento à Endometriose, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJC e 162/19, de autoria do Deputado Ciro Neto, que estabelece diretrizes para implantação do Programa Linhas de Produção no Estado do Maranhão, com Pareceres Favoráveis da CCJC e Comissão de Assuntos Econômicos. Em primeiro turno, tramitação Ordinária, foi aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 027/19, de autoria do Deputado Roberto Costa, que concede a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” a Senhora Patrícia da Silva Sousa, com parecer favorável da CCJC. Sujeitos à deliberação da Mesa, foram deferidos os Requerimentos nºs: 280/2019, de autoria da Deputada Mical Damasceno, solicitando que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 181/2019, de sua autoria e 282/2019, de autoria da Deputada Doutora Cleide Coutinho, solicitando que seja justificada sua ausência nas Sessões Plenárias realizadas no período de 13 a 16 de maio de 2019, conforme atestado médico. Na forma regimental, foi incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária os Requerimentos nºs: 283/2019, de autoria do Deputado Zito Rolim; 284/2019, de autoria do Deputado Pará Figueiredo; 285 e 286/2019, de autoria da Deputada Andreia Martins Rezende; 287 e 288/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso. No primeiro horário do Grande Expediente, não houve orador inscrito. No tempo dos Partidos, discursaram os Deputados Doutor Yglésio e Felipe dos Pneus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. O Deputado Rafael Leitao falou pela Liderança do Governo. O Deputado Wellington do Curso falou pela Liderança do Partido Social Democrático. As demais agremiações declinaram de usar o tempo a elas destinado. No Expediente Final não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada e lavrado o presente Resumo, que lido e aprovado será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 23 de maio de 2019.

Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia treze de maio de dois mil e dezenove.

Presidente Senhor Deputado Othelino Neto.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Roberto Costa.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Adelmo Soares.

Às dezesseis horas presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Adriano, Antônio Pereira, Ariston, Arnaldo Melo, César Pires, Daniella Tema, Detinha, Doutor Leonardo Sá, Doutor Yglésio, Doutora Helena Duailibe, Duarte Júnior, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Fábio Macedo, Felipe dos Pneus, Fernando Pessoa, Hélio Soares, Mical Damasceno, Neto Evangelista, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitao, Rigo Teles, Rildo Amaral, Roberto Costa, Vinícius Louro, Wellington do Curso, Wendell Lages, Zé Gentil, Zé Inácio Lula e Zito Rolim. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Andreia Martins Rezende, Carlinhos Florêncio, Ciro Neto, Doutora Cleide Coutinho,

Doutora Thaiza Hortegal, Glalbert Cutrim, Pastor Cavalcante e Ricardo Rios. O Presidente declarou aberta a Sessão, em nome do povo e invocando a proteção Deus. Determinou a leitura do texto bíblico, do Resumo da Ata da Sessão anterior e do Expediente a seguir: Projetos de Lei nºs: 248/19, de autoria da Deputada Daniella Tema, que veda a nomeação para o exercício de cargos efetivos ou comissionados, bem como prestadores de serviços, de pessoas condenadas por crime de pedofilia, no âmbito dos órgãos da Administração Pública do Estado do Maranhão; 249/19, de mesma autoria, que institui a Semana Estadual da Juventude, anualmente, no Estado do Maranhão; 250/19, de autoria do Deputado Doutor Yglésio, coautor Deputado Othelino Neto, que estabelece as diretrizes estaduais para a implementação de cuidados paliativos direcionados aos pacientes com doenças ameaçadoras à vida; 251/19, de autoria do Deputado Adelmo Soares, que dispõe a alteração da Lei Estadual da Lei 9.109 de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre custas e emolumentos; 252/19, de autoria do Deputado Duarte Júnior, que obriga as concessionárias de telefonia fixa e celular, que atuam no Estado do Maranhão, a cancelarem a multa da fidelidade na forma que especifica; 253/19, de autoria do Deputado Fábio Macedo, que institui o Dia de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Maranhão; 254/19, de mesma autoria, que dispõe sobre a criação de Programa de Auxílio Psicoterápico a pessoas com depressão e 255/19, de autoria do Deputado Doutor Leonardo Sá, dispoendo sobre a criação do Programa Escola Itinerante de Tecnologia da Informação - PEITI, no âmbito do Estado do Maranhão; Projetos de Resolução Legislativa nºs: 039/19, de autoria do Deputado Pará Figueiredo, que concede a Medalha de Mérito Legislativo “Manuel Beckman” ao Desembargador e atual Presidente do Tribunal de Justiça José Joaquim Figueiredo dos Anjos e 040/19, de autoria do Deputado Professor Marco Aurélio, que concede medalha “Manuel Beckman” ao Senhor Raphael Coelho Figueiredo; Requerimentos nºs: 261 e 262/19, ambos do Deputado Duarte Júnior, solicitando que sejam discutidos e votados em regime de urgência, em uma Sessão Extraordinária, a realizar-se logo após a presente Sessão, os Projetos de Resolução Legislativa nºs: 035 e 036/19, de sua autoria; 263/19, do Deputado Wendell Lages, solicitando que seja realizada uma Sessão Solene no dia 27 de Junho de 2019, para homenagear a Associação dos Jovens Empresários do Maranhão – AJE/MA, que em 30 de abril de 2019 completou quinze anos de fundação; 264/19, do Deputado Edivaldo Holanda, solicitando que seja realizada Sessão Solene, no dia 22 de maio do corrente, em homenagem ao Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão, comemorado no dia 15 de maio; 265/19, do referido Deputado, encaminhando mensagem de aplausos e congratulações ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Doutor Luiz Gonzaga Martins Coelho e ao Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente-ABRAMPA, Doutor Luís Fernando Cabral Barreto Júnior pela realização, no dia 09 de maio, do VII Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural; 266/19, da Deputada Doutora Helena Duailibe, encaminhando mensagem de congratulações e aplausos a Cruz Vermelha Brasileira - Maranhão, através de seu Presidente, Senhor Carlos Rangel, pelos 156 anos de fundação; 267/19, do Deputado Edivaldo Holanda, com mensagem de aplausos e congratulações ao Cantor e Compositor Maranhense Emanuel Jesus, pelo show de lançamento do Álbum “Pratocar”, em homenagem aos seus 18 anos de carreira, ocorrido no último dia 10 do corrente mês, no Teatro Artur Azevedo; 268/19, do Deputado Adriano, solicitando que seja realizada audiência pública a ser promovida pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia para tratar sobre a situação do Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA em São Luís e 269/19, do Deputado Felipe dos Pneus, à Comissão de Obras e Serviços Públicos, solicitando uma visita/inspeção na Biblioteca Pública Benedito Leite na nossa capital; Indicações nºs: 670/19, do Deputado Rigo Teles, ao Senado Federal, bem como a Bancada Maranhense no Senado, solicitando providências da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no sentido de investigar a aplicação dos recursos financeiros do SUS, liberados para o Município de Barra do Corda; 671/19, do mesmo Deputado, ao Governador do Estado do Maranhão,



Flávio Dino, solicitando a instalação do sistema de emissão de carteira estudantil no Viva Cidadão; 672/19, do Deputado Wendell Lages, ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Itapecuru Mirim, Senhor Mauro Henrique Rego, solicitando a colocação de iluminação pública na Rua Professor João Batista Pereira dos Santos, Centro, Município de Itapecuru Mirim; 673/19, do Deputado Fernando Pessoa, ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado, Senhor Cel Célio Roberto Pinto de Araújo, Comandante Geral do CBM/MA, solicitando que seja encaminhado ao município de Presidente Dutra, uma Unidade do Corpo de Bombeiros; 674/19, do Deputado Doutor Yglésio, ao Governador do Estado do Maranhão, Senhor Flávio Dino e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Senhor Márcio Honaiser, solicitando a instalação de poço artesiano nos Povoados de Iraque e Malhada, ambos localizados no Município de Cajapió; 675/19, também do Deputado Doutor Yglésio, ao Secretário de Estado de Segurança Pública, o Senhor Jefferson Portela e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão Coronel Ismael de Sousa Fonseca, solicitando uma lancha de patrulhamento para OP 27°. Batalhão de Polícia Militar no Município de Icatu. Não havendo mais matéria para leitura, o Presidente encaminhou à publicação o Expediente lido pelo Primeiro Secretário, após deferir as Indicações acima citadas e concedeu a palavra ao Deputado Fernando Pessoa que agradeceu ao Deputado Othelino Neto pela articulação com o Governo para iniciar as obras da MA-02. Também relatou um incidente em Presidente Dutra, onde um incêndio atingiu um estabelecimento comercial, o que reafirma a necessidade de levar o Corpo de Bombeiros até o município. O Deputado Zé Gentil confirmou o pedido para que o dia 5 de outubro seja comemorado o dia da Constituição do Maranhão. Por sua vez, o Deputado Fábio Macedo confirmou que a Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa fará uma visita, dia 16 de maio, à empresa Eneva, que controla o Complexo de Produção de Gás Natural em Santo Antônio dos Lopes. Esgotado o tempo regimental destinado ao Pequeno Expediente o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia, anunciando em redação final, único turno, a discussão e votação dos Pareceres nº 201 e 213/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), aos Projetos de Lei nºs: 049/2018, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a composição, a organização, as atribuições e o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde e 117/2019, de autoria do Deputado Adelmo Soares, que considera Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Maranhão a Festa de Procissão do Fogaréu, realizada no município de Caxias. Os Pareceres foram aprovados, assim como os respectivos Projetos, que foram encaminhados à sanção governamental. Em segundo turno, tramitação ordinária, com pareceres favoráveis da CCJC e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovado e encaminhado à redação final o Projeto de Lei nº 178/2017, de autoria do Deputado Adriano, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências. Na sequência, o Plenário aprovou ainda os Requerimentos nºs: 247/2019, de autoria do Deputado Rildo Amaral, solicitando que seja agendada uma Sessão Solene, para o dia 29 de maio do corrente ano, em homenagem ao “1º aniversário da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares; 251/2019, de autoria do Deputado Adriano, solicitando que seja realizada uma sessão solene no dia 23 de maio de 2019, para a entrega da Medalha “João do Vale” ao cantor Bruno Patrício de Abreu Ferreira; 255/2019, também de autoria do Deputado Adriano, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 173/2019, de sua autoria; 256 e 257/2019 de autoria do Deputado Arnaldo Melo, solicitando que seja encaminhada mensagens de congratulações pelo aniversário de fundação dos municípios de Passagem Franca e São Francisco do Maranhão e 259/2019, de autoria do Deputado Rafael Leitoa, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 241/2019, de autoria do Ministério Público Estadual. Os Requerimentos nº 260/2019, de autoria da Deputada Andréia Martins Rezende e 258/2019, de autoria do Deputado Wellington do Curso, foram transferidos para próxima Sessão devido à ausência de seus respectivos autores. Na forma regimental, foram

incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária o Projeto de Lei Complementar nº 003/19, de autoria do Poder Judiciário; os Projetos de Lei nºs: 163/19, de autoria do Poder Executivo; 168/19, de autoria da Deputada Andréia Martins Rezende; 129/19, de autoria do Poder Executivo e 071/19, de autoria do Deputado Felipe dos Pneus, bem como o Projeto de Resolução Legislativa nº 015/19, de Autoria do Deputado Dr. Yglésio e os Requerimento nºs: 261 e 262/19, de autoria do Deputado Duarte Júnior; 263/19, de autoria do Deputado Wendell Lages; 266/19, de autoria da Deputada Helena Duailibe; 264, 265 e 267/19, de autoria do Deputado Edivaldo Holanda. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo dos Partidos e Blocos, o Deputado Adriano, falando pelo Bloco Parlamentar de Oposição, relatou sua participação numa reunião com a Comissão de Administração, em que cobrou do Governo explicações sobre o Fundo de Pensão e Aposentadoria (FEPA) e denunciou que os representantes do Governo não responderam as questões que foram feitas pelos deputados acerca da aplicação dos recursos. Pela liderança do Bloco Parlamentar Democrático, o Deputado Vinícius Louro falou sobre as festividades de Trizidela do Vale, por ocasião do Dia das Mães. Pela liderança do Governo, o Deputado Rafael Leitoa também falou sobre a reunião com a Comissão de Administração para discutir a situação do FEPA no Estado, explicando que na reunião foi demonstrado que o déficit no Fundo se justifica pelo maior número de inativos nos últimos anos e as demais perguntas da Oposição que não foram contempladas comporão requerimentos que serão encaminhados ao Secretário para obter maiores explicações. O Deputado Wellington do Curso subiu à Tribuna para lamentar que as mães de São Luís não tiveram o que comemorar, devido à falta de assistência em muitos bairros de São Luís. Também denunciou o descaso com a CAEMA no Estado de Imperatriz, onde a população tem sofrido com a falta de abastecimento e a falta de infraestrutura para o atendimento da população. Inscrito no Expediente Final, falaram os Deputados Hélio Soares, Vinícius Louro e Doutor Yglésio. O Hélio Soares relatou sua presença num Encontro com as Assembleias Legislativas para tratar da revisão do pacto federativo e reiterar seu pedido para a formação de uma Comissão Suprapartidária para discutir o assunto. O deputado explicou que a redefinição do Pacto Federativo, é reivindicação prioritária dos Executivos e Legislativos visando à mudança nas regras de distribuição dos recursos arrecadados em tributos federais. O Deputado Vinícius Louro solicitou que o Deputado Zé Gentil seja incluído no grupo de trabalho de revisão da Constituição Estadual. Falou também da inauguração, na manhã do dia 11, da obra de pavimentação da rodovia MA-012, que liga o município de São Raimundo do Doxa Bezerra a Barra do Corda, no povoado Barro Branco. O Deputado Doutor Yglésio ocupou a Tribuna para fazer um balanço dos seus cem dias de mandato e informar sobre o que ocorreu na reunião com a Comissão de Administração para discutir sobre os recursos do FEPA, enfatizando que não há motivos para alarmismos, porque o FEPA tem recursos imobiliários e que confia na gestão da SEPLAN. Falou também dos seus projetos nas áreas da saúde e da segurança pública. Nada mais havendo a tratar a Sessão foi encerrada e lavrada a presente Ata, que lida e aprovada será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 13 de maio de 2019. Deputado Othelino Neto - Presidente. Deputado Roberto Costa - Primeiro Secretário. Deputado Adelmo Soares - Segundo Secretário, em exercício.

SESSÃO SOLENE

REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019 ÀS 12 HORAS

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene convocada por meio do Requerimento n.º 264/2019, de autoria do Senhor Deputado Edivaldo Holanda, em comemoração ao Dia Estadual do Ministério Público. Convido para compor a Mesa, o Exmo Senhor Rodrigo Maia Rocha, Procurador-Geral do Estado, neste ato representando o Governador Flávio Dino.



O Exmo Senhor Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça. Exmo Senhor Procurador Marco Antônio Anchieta Guerreiro, Corregedor Geral do Ministério Público em exercício. Exma Senhora Juíza Dr.^a Galiza, neste ato representando o Corregedor Geral de Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho. Exmo Senhor Alberto Pessoa Bastos, Defensor Público Geral do Estado. O Senhor Alexandre Walraven, Secretário do TCU-MA e Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública. Exma Senhora Procuradora Helena Heluy, representando os membros aposentados do Ministério Público, também ex-deputada estadual. O Senhor Gilberto Câmara França Júnior, Vice-Presidente da Associação do Ministério Público. O Senhor Alex Murad, Assessor Especial para Assuntos Institucionais da OAB, neste ato representando o Presidente da OAB Thiago Diaz. A Senhora Tenente-Coronel Dentista, Enor Sauaia Loureiro, neste representando o Centro de Lançamento de Alcântara. Concedo agora a palavra ao Senhor Deputado Eivaldo Holanda, autor do Requerimento de Convocação desta sessão solene, que falará em nome do Poder Legislativo.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA - Exmo Senhor Deputado Othelino Neto, Presidente desta Casa Legislativa. Exmo Senhor Rodrigo Maia, Procurador-Geral do Estado neste ato representando o Senhor Governador Flávio Dino. Exmo Senhor Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça do Maranhão. Exmo Senhor Procurador Marco Antônio Anchieta Guerreiro, Corregedor Geral do Ministério Público do Maranhão. Exma Senhora Juíza Dr.^a Francisca Galiza, neste ato representando o Corregedor Geral de Justiça Desembargador Marcelo Carvalho. Exmo Senhor Alberto Pessoa Bastos, Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão; Senhor Alexandre Walraven, Secretário do TCU Maranhão e Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública; Excelsíssima Senhora Procuradora Doutora Helena Heluy, representando os membros aposentados do Ministério Público; Senhor Gilberto Câmara França Júnior, Vice-Presidente da Associação do Ministério Público; Senhor Alex Murad, Assessor Especial para Assuntos Institucionais da OAB, neste ato representando o Presidente da OAB, Doutor Thiago Diaz; Senhora Tenente-Coronel Dentista Enor Sauaia Loureiro, neste ato representando o Centro de Lançamento de Alcântara. Senhores e Senhoras, tenho aqui em mão o Projeto encaminhado a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gonzaga, para que esta Casa votasse estabelecendo dia 15 de maio como sendo o Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão. E temos também a sanção desta lei, aprovada pela Assembleia, do Excelentíssimo Senhor Governador em Exercício, Presidente desta Casa Othelino Neto. Antes, quero abraçar a Deputada Helena Heluy, engrandecedora deste Poder, durante anos, com a sua voz, com a sua palavra, com a sua atuação brilhante, e que deixou saudades neste Plenário. O Ministério Público nem é governo, nem é oposição. O Ministério Público é constitucional. É a Constituição em ação. Em nome da sociedade, do interesse público, da defesa do regime, da eficácia, e salva guarda das instituições. Paulo Benevides, na sua obra os dois Ministério Públicos do Brasil, o da Constituição e o do Governo. Com a Revolução Francesa, o Ministério Público começa a se estruturar mais adequadamente enquanto instituição ao conferir maiores garantias a seus integrantes. Formou-se lenta e progressivamente em resposta às exigências históricas, cumprindo uma longa trajetória no decorrer dos séculos. Entretanto sua evolução mais clara deu-se, sobretudo, na segunda metade do século passado e no século presente. A carta política de 1946, que marcou o retorno do país ao regime democrático, marcou também a independência do Ministério Público enquanto instituição, dando a esta um título especial sem inclusão sob a dependência de nenhum dos poderes da República. Nasceu, deste modo, o que se pode chamar de independência da instituição, que foi mantida pelas constituições seguintes, patenteando um Ministério Público soberano no cumprimento legal do seu dever para com a sociedade e para a justiça. Com a passagem da década de 70 para os anos 80, as necessidades sociais do país, que ressurgia após anos de arbitrariedade e tudo aquilo que significou o período para o Ministério Público, o que existia, apesar de todos os esforços e suas lutas, já não se mostrava apto a cumprir um papel

social eficaz. Com o objetivo de criar uma consciência nacional e um novo Ministério Público, tem início uma longa cruzada pelo país de palestras, reuniões, debates, congressos. Agitaram novas ideias e as tornaram reconhecidas. É nesse período que é organizada a Confederação Nacional do Ministério Público, entidade de classe de âmbito nacional com o objetivo de aumentar o poder reivindicatório e preparar a instituição Ministério Público para a Assembleia Nacional Constituinte, cuja realização já se anunciava. Assim, em junho de 1985, foi realizado em São Paulo um Congresso Nacional, que contou com a participação de mais de mil promotores e procuradores de Justiça de todo o Brasil. No ano seguinte, em 1986, é realizado na cidade de Curitiba o I Encontro Nacional de Presidentes de Associações Estaduais e Procuradores-Gerais de Justiça, quando é elaborada a Carta de Curitiba, documento histórico, síntese das propostas do Ministério Público Brasileiro para a Assembleia Nacional Constituinte. A Carta de Curitiba foi recebida e discutida em longas madrugadas nas comissões e subcomissões e foi dela que surgiram as maiores conquistas do Ministério Público, dentro daquela Assembleia Nacional, inclusive os poderes que levaram a instituição a atuar com maior desenvoltura, independência na construção e na defesa de uma sociedade cada vez mais livre e mais democrática. Promotores e procuradores tiveram exarados, na Constituição Cidadã, da qual tive o privilégio de participar, ampla perspectiva de uma atuação definitivamente livre de amarras e, sobretudo, soberana. Esta realidade pode ser facilmente comprovada, basta estar atento às notícias no dia a dia. Vemos inúmeras ações civis públicas propostas pelos Promotores de Justiça, que forçam o estabelecimento de políticas públicas implementadoras de direitos sociais. Suas ações forçam a intervenção do Judiciário no campo das políticas públicas. Por outro lado, o Ministério Público, por seus agentes, tem se constituído em uma importante instância de solução de problemas, o que ocorre quando o Promotor de Justiça faz compromissos de ajustamento de condutas, fazendo com que o particular, o Estado ou o Município cumpra a legislação sem que haja a ação do Judiciário, cuja morosidade muitas vezes compromete a causa. As Promotorias Comunitárias são outro exemplo de atuação social da instituição e desafios dos dias atuais. A grande discussão que vem sendo cada vez mais popularizada diz respeito a qual é o papel do Estado frente ao cidadão. Neste debate, a sociedade pode ter uma certeza: o Ministério Público, fiscalizando o Executivo, cobrando o Legislativo e acionando o Judiciário, estará ao lado da lei, dos ideais de justiça, da sociedade e, especialmente, dos menos favorecidos. Viva o dia 15 de maio, que é o Dia do Ministério Público do Maranhão. Muito obrigado e um abraço a todos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO - Registro a presença em plenário, prestigiando esta sessão solene, dos Deputados Roberto Costa, Antônio Pereira, Leonardo Sá, Yglésio Moisés, Marco Aurélio, César Pires, Felipe dos Pneus, Arnaldo Melo e Helena Duailibe. Agora assistiremos a um vídeo institucional do Ministério Público.

Apresentação de Vídeo

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO - Concedo agora a palavra ao Procurador-Geral de Justiça Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O SENHOR PROCURADOR-GERAL LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO (sem revisão do orador) – Exmo. Senhor Deputado Othelino Neto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Exmo. Senhor Deputado Eivaldo Holanda, autor do Requerimento e em nome de V.Ex.^a saúdo nossos Ilustres Exmos. Senhores Deputados que prestigiam esta solenidade: Deputados César Pires, Roberto Costa, Leonardo Sá, Antônio Pereira, Doutor Yglésio, Professor Marco Aurélio, Felipe dos Pneus, Arnaldo Melo e Doutora Helena Duailibe. Exmo. Senhor Doutor Rodrigo Rocha Maia, Procurador-Geral do Estado, neste ato representando Sua Excelência, o Governador Flávio Dino. Exmo. Senhor Procurador Marco Antônio Anchieta Guerreiro, Corregedor-Geral do Ministério Público em



exercício e em nome de V.Ex.^a quero saudar e agradecer a presença do nosso Colégio de Procuradores e os Senhores Procuradores aqui presentes: Doutora Iraci, Doutora Selene Lacerda, Doutora Regina Leite, Doutor Paulo Saldanha, Doutora Themis Carvalho, Doutor Joaquim Lobato, Doutora Sandra Elouf, Doutor Eduardo Daniel. Exma. Senhora Juíza Doutora Francisca Galiza, neste ato representando Sua Excelência, o Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça, Desembargador Marcelo Carvalho. Exmo. Senhor Doutor Alberto Pessoa Bastos, Defensor Público-Geral do Estado, a quem agradeço pela honrosa presença. Exmo. Senhor Doutor Alexandre Walraven, Secretário do Tribunal de Contas do TCU, representante do Maranhão e Coordenador da Gestão da Rede de Controle, meu parceiro e amigo. Exma. Senhora Procuradora Helena Heluy, nossa querida Procuradora de Justiça, que representa os nossos colegas aguerridos, aposentados aqui presentes. Vejo neste Plenário amigos de grande caminhada e muitas lutas do Ministério Público: João Raimundo Leitão, Almir Coelho Sobrinho, Celso Pinho, Clésio Muniz, Alda Caldeira. Senhor Vice-Presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, Dr. Gilberto Câmara França Júnior e em seu nome cumprimento todos os colegas do Ministério Público aqui presentes, integrantes da administração superior e membros da ativa, que peço desculpas para não os nominar para não cometer o equívoco da omissão de algum nome. Exmo. Senhor Alex Murad, Assessor Especial de Assuntos Institucionais da OAB, neste ato representando o Presidente da OAB, Dr. Thiago Diaz. Muito obrigado pela sua presença. Senhora Tenente-Coronel, Dentista Enor Sauaia, neste ato representando o Centro de Lançamento de Alcântara. Também vejo neste recinto, Deputado Wellington do Curso, a quem cumprimento. Senhoras e Senhores, eu quero cumprimentar aqui também o nosso Diretor da Escola Superior do Ministério Público, Doutor Márcio Thadeu; o Diretor-Geral Doutor Emmanuel; Doutor Marco Amorim, da Secti; Doutor Leite, da Seplan, nosso Secretário de Planejamento; o Doutor Cabral, do CAOP. Enfim, a todos, eu cumprimento, neste momento. Há dois anos realizou-se neste Plenário, também por deliberação unânime da Casa do Povo, outra Sessão Solene daquela feita para celebrar os 50 anos da vigência da Constituição Maranhense de 1967, que criou o Cargo de Procurador-Geral de Justiça, marco da separação das funções da advocacia pública daquelas relativas à defesa da sociedade e da promoção da ação penal. A autonomia administrativa do Ministério Público foi uma conquista da sociedade para que em sua missão constitucional pudesse ser desempenhada de forma independente, ativa e altaneira. A longa história da instituição para o atingir dessa conquista foi de progressiva busca de um modelo organizacional que permitisse uma identidade que aparelhasse o Ministério Público para a promoção da Justiça e dos Direitos Humanos, bem assim para repressão dos ilícitos. Hoje retomamos a celebração da data de 15 de maio, agora por Proposição do Deputado Estadual Edivaldo Holanda, comemorando a Lei 11.023, de 16 de maio último, que positivou o Dia Estadual do Ministério Público do Maranhão. A história tornou esta data uma demonstração de que avanços e retrocessos da democracia não se desenvolvem de forma linear. A Constituição Maranhense de 1967 foi efetivamente escrita por uma comissão de juristas de escol, desembargador Esmaragdo Silva, Dr. José Antônio Almeida e Silva, Dr. Carlos Madeira e Vera Cruz Santana. O que a caracterizou de modo singular sem, porém, deixar de representar para a instituição que estava se construindo como zeladora do estado democrático de direito, o nosso Ministério Público, um momento inaugural da sua autonomia institucional. Nesta data comemorativa, inicialmente firmada por Resolução do Egrégio Colégio de Procuradores, por sugestão do Programa de Memória Institucional, na gestão do então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, nos faz refletir sobre a essência do que somos. Seria o Ministério Público cada um dos promotores públicos ainda sem as prerrogativas de seus cargos, que mais tarde os fortaleceriam como guerreiros da ordem jurídica e dos direitos da sociedade e que, no entanto, não os impediu de se lançarem intemoratos a sua missão, como fez Celso Magalhães no famoso julgamento da baronesa? Ou seria o Ministério Público então uma instituição caracterizada a partir daquela data por ter uma chefia própria, porém que ainda se submetia

à livre nomeação e exoneração do governador o que, contudo, não impedia que seus membros, repetidas vezes, confrontassem a vontade do Executivo, quando em desacordo com os interesses da sociedade. Autonomia do Ministério Público não foi dada, foi duramente conquistada por embates fortes, graves e difíceis. Os homens e mulheres que forjaram esta conquista, o fizeram passo a passo. Estou no Ministério Público há mais de 35 anos, nesta instituição em que ingressei na condição de servidor. Vi procuradores-gerais que não eram de carreira entregarem-se com dedicação ao fortalecimento do Ministério Público. Acompanhei, quando no exercício interino das funções, a decana Dra. Néia Belo de Sá, preparando o primeiro processo de escolha que levou em conta a possibilidade de formação de lista triplíce, o que redundou na escolha da nossa querida Dr.^a Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, em cuja gestão se organizou modernamente a carreira, tornando-a atrativa a toda uma geração de bacharéis em Direito que haviam acompanhado a construção da Constituição Cidadã de 88 e que se viram como veladores dessa ordem constitucional, além de lhes garantir a precursora desse novo Ministério Público as bases para edificação de instalações dignas para o funcionamento dos órgãos institucionais. E aqui faço um registro justificando a ausência de Dr.^a Elimar, porque ela levou ontem uma queda, mandou uma mensagem, graças a Deus, não teve nenhuma... teve que se internar, mas passa bem. Estava eu, recentemente, empossado na carreira ministerial, quando o primeiro Promotor de Justiça assumiu o cargo de Procurador-Geral de Justiça, o hoje Desembargador Jamil Gedeon, cujo empenho pelo desenvolvimento estrutural e a modernização tecnológica do Parquet, ombreou-se com iniciativas como a instalação do primeiro Centro de Apoio Operacional Temático, no caso, o da Infância e Juventude em atendimento à absoluta prioridade constitucionalmente determinada para esta área. Desde essa época e com a contribuição dos Procuradores-Gerais Suvamy Vivekananda Meireles, Raimundo Nonato de Carvalho Filho e Francisco das Chagas Barros de Sousa, este que também, hoje, justifico sua ausência por estar no Tribunal Pleno e que hoje inclusive é seu aniversário, a quem mesmo ausente presto esta homenagem a este grande homem público. O Ministério Público passou a exercer suas elevadas atribuições, de forma mais articulada, desenvolvendo programas como Conta na Mão, ou mesmo agindo em parceria com outras instituições de investigação e controle, como a CPI da Pistolagem, ou ainda, com a Polícia Civil, Perícia Criminal e a Polícia Federal, elucidando o complexo caso dos meninos emasculados do Maranhão, em resposta ao clamor internacional que exigia resolutiva atuação para a responsabilização devida e da necessária reparação dos danos individuais e sociais decorrentes. Além de fazer nascer estratégias institucionais de melhor desenvolvimento da nossa missão constitucional, como o Gecoc, hoje Gaeco. Nos mandatos dos Procuradores-Gerais de Justiça, a Dr.^a Fátima Travassos, Dra. Regina Rocha, a Instituição cresceu mais ainda em seus quadros e iniciou a ampliação de sua estrutura física para o devido atendimento de nossos usuários, e de nosso corpo de servidores e membros, consolidando conquistas anteriores como o planejamento estratégico. Cada um de seus antecessores chefou uma instituição com mais características do seu tempo e agiram todos eles para desenvolvê-la e aperfeiçoá-la em favor do melhor desempenho da nossa missão constitucional. Mas nenhuma dessas chefias institucionais atingiu suas metas sozinho. O dramaturgo alemão Bertolt Brecht, no poema, "Perguntas de um operário que lê", nos ajuda a buscar a resposta à indagação sobre qual é o elemento *uti cum*, do Ministério Público, pergunta o provocador Brecht: 'quem construiu a Tebas das sete portas'? Nos livros constam os nomes dos reis. Os reis arrastaram os blocos da pedra? As pedras da construção do nosso Ministério Público, nós arrastamos como operários da cidadania. Fomos nós, homens e mulheres, que servimos a esta sociedade como Procuradores, Procuradoras, como Promotores e Promotoras de Justiça, como técnicos, como analistas, como auxiliares, comissionados, terceirizados, e estagiários, fomos nós quem o erguemos e somos nós quem por ele zelamos. Mas não agimos sozinhos, nenhum de nossos esforços seria válido se não tivéssemos agido movidos pelo compromisso que defendemos da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais e disponíveis. Somente alcançamos nossa estatura



como função essencial à Justiça por termos entendido que nossa única submissão deve ser ao cidadão, constituinte de todo Poder e legitimador de toda autoridade. O Ministério Público como função essencial à atividade estatal de defesa da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial, além da autolimitação da autoridade pela dimensão do direito de todos e de qualquer cidadão já existia como necessidade democrática, desde antes da Procuradoria-Geral de Justiça. Com certeza, dentro do nosso processo civilizatório permanecerá sendo instituição essencial, cabe a nós que hoje o operamos e o preparamos para atender as futuras gerações de cidadãos fazer com que se atualize de acordo com as demandas postas em favor da transformação social, objetivo da nossa República. É a honrosa herança que recebemos dos que nos antecederam. Se hoje somos uma instituição pública de maior credibilidade é somente pelo fato de que lavramos terra a drene, reparada com o suor e, até mesmo, com o sangue de todos que a semearam. Semearam o Ministério Público de hoje gigantes como Elimar Figueiredo Almeida e Silva; Raimundo Leitão, que está aqui presente; Néia Belo; Helena Heluy; Raimundo Marques; Aderson Lago; José Bento Neves, já falecido, e tantos outros que vejo nesta Mesa, neste auditório, mais uma vez, presentes em momentos de elevada importância institucional, como a de hoje. Se chegamos até aqui é porque, muito antes de nós, estas pessoas deram muito de si e dedicaram toda sua capacidade para a construção desse Ministério Público forte e respeitado. Se temos hoje uma Casa firme é porque a edificamos em pilares sólidos, como muito bem sintetizou este caminhar a primeira mulher Procuradora-Geral do Brasil, Dra. Elimar Figueiredo Almeida e Silva, abraçando: “Nem sempre foi assim. Custou a ser assim. Para chegar-se ao dia de hoje, longo foi o caminho, áspera a jornada, ingente o sacrifício”, fecho aspas. Nossa autonomia não subsiste em si mesma, nossa autonomia, nas palavras do Ministro Celso de Melo, lançada no Mandado de Segurança 21.239, abraçando: “Persegue um só objetivo: conferir-lhe, em grau necessário, a possibilidade de livre atuação orgânico-administrativa e funcional, desvinculando-o do quadro dos Poderes do Estado, de qualquer posição de subordinação, especialmente, em face dos Poderes Judiciário e Executivo, para que bem possa exercer sua alta missão institucional, de modo absolutamente incondicional à tutela da ordem jurídica, à defesa do regime democrático e à proteção dos interesses sociais, individuais, indisponíveis”. Ouvi atentamente, Deputado Edivaldo Holanda, o pronunciamento de Vossa Excelência, quando citou o grande constitucionalista Paulo Bonavides, onde na sua maior lucidez, diz: o Ministério Público não é governo nem oposição. O Ministério Público não é direita e nem esquerda, o Ministério Público é a Constituição. Ou como dizia doutor José Bento Neves, no seu discurso de fundação, Doutora Helena, em 1971, da nossa Associação: o Ministério Público é comunidade em ação. Autonomia não quer dizer caminhar sozinho. Não teríamos construído nossa história sem o respeito e o harmonioso relacionamento com os Poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, seja em âmbito estadual, em cada município ou no plano da União, devendo se reconhecer ainda a importância da parceria com os Poderes, ramos ministeriais, com os diversos ramos da jurisdição, com a rede de controle, os movimentos sociais, as representações de classe de carreira do Ministério Público e as instâncias de democracia participativa. Essa interação que não afasta o democrático direito às críticas e cobranças, nos faz refletir e evoluir, diuturnamente. O nosso amadurecimento institucional nos fez compreender que a promoção da Justiça a que nos dedicamos não se limita aos espaços do sistema em que atuamos. Nossa atuação deve explorar esses limites sem que excedamos nosso perfil constitucional. A política, por exemplo, é caminho indispensável para o aprimoramento social e não representa por si própria razão de antagonismo do Ministério Público. Costumo dizer aos Senhores Políticos, Prefeitos e Deputados que procuram o nosso gabinete, o Ministério Público não quer sentar na cadeira do político, o Ministério Público não é contra os políticos porque nós sabemos que os políticos são necessários para a democracia do nosso País e exercem um papel fundamental na construção deste nosso país republicano. O que não podemos declinar, contudo, é do nosso dever constitucional de contribuir para que toda ação de poder institucional somente se dê em atendimento à Sua Excelência, o cidadão, a quem

todos devemos respeito e acatamento. Darcy Ribeiro uma vez disse que se orgulhava de várias de suas derrotas, pois se envergonharia de estar ao lado de alguns vencedores. Devemos aprender com toda nossa experiência. O orgulho de nossas glórias nos compromete com a sua perpetuação. Esse é o tributo que devemos ao futuro. Um futuro que deve ser desenhado com uma nova arquitetura institucional, como se deu em 1967, para que a carreira permaneça atrativa e possa entregar cada vez mais eficácia social pela atuação de cada um de seus membros. Um futuro que garanta a unidade e a indivisibilidade do Ministério Público, um futuro pelo qual nossa autonomia seja exemplo de respeito pleno à expectativa de cada cidadão em ver respeitado seus direitos e que o Estado exista somente para expressar essas garantias. Um futuro que o Hino Maranhense nos exorta: “e na estrada resplandecente do futuro, fitas o olhar altivo e sobranceira. Deixe o porvir as histórias, as glórias do passado, seja de glória tua existência inteira”. Em respeito a esses princípios republicanos, a supremacia da Constituição, o império da Lei e a igualdade entre os cidadãos que devemos nos motivar como indutores e políticas públicas voltadas à transformação social, objetivo constitucionalmente definido de nossa Nação defendendo a higidez do estado democrático de direito. Foi isso que fizemos desde sempre como instituição. É esse o compromisso que devemos efetivar como legado às futuras gerações. A resolutividade das complexas demandas sociais é alvo a ser atingido com planejamento, autonomia e coragem. Tenho certeza de que assim o faremos como operários da cidadania, pois essa é a nossa missão constitucional que juramos cumprir por nossa honra e pelo compromisso das nossas consciências e com a história que nos julgará. Tenho certeza de que bem define o sentimento do que é ser Ministério Público, os versos de Gonçalves Dias, em sua Canção do Tamoio: “Não chores, meu filho. Não chores, que a vida é luta renhida. Viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate. Que os bravos e os fortes só podem exaltar”. Somos fortes, pois forte é a sociedade que se constrói sob os ideais democráticos. Combatemos porque combatemos, porque podemos transigir com os direitos sociais e não temos tempo de lamentar as derrotas ou de comemorar os êxitos, porque a história tem pressa, o tempo não para e o futuro se constrói a cada momento. Agradeço à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão pela distinção desta Sessão Solene e pelo empenho de fazer aprovar a lei que instituiu nesta data estadual. Foi um ciclo completo, com aprovação unânime pelo Legislativo e a sanção no dia 15 de maio pelo Presidente deste Poder, então Governador em exercício, Deputado Othelino. Dizia há pouco a ele que ele está na história do Ministério Público, porque, em menos de uma semana, ele aprovou nesta Casa e logo em seguida na mesma semana no exercício do cargo do Executivo, teve a oportunidade de sancionar esta lei. Muito obrigado à Vossa Excelência. Nossos cumprimentos ao nosso ilustre, querido amigo Deputado Edivaldo Holanda, autor do generoso Requerimento pela realização desta Sessão Solene. A gratidão de nossa instituição pela homenagem que faz à sociedade maranhense ao homenagear o Parquet Timbira que por ela trabalha, ininterruptamente, seus interesses e direitos. No ano em que comemoramos os 30 anos da nossa Constituição Estadual aproveito a oportunidade, Deputado Othelino, para anunciar nesta Casa do Povo que o Ministério Público vai homenagear, no mês de outubro próximo, nossa Lei Maior Timbira e todos os pró-Deputados constituintes desta grande Carta Constitucional de 1988 que completa, no dia 05 de outubro, seus 30 anos. E faremos registrar pelo seu esforço a construção do Estado Democrático de Direito e Cidadania e dos Direitos Humanos. Quero antes e, portanto, concluir esta nossa fala, agradecer e registrar ainda a presença de algumas autoridades que chegaram a este recinto para prestigiar este nosso evento no Ministério Público. Agradeço e registro a presença do Deputado Rigo Teles, do Dr. Rodrigo Lago, Secretário de Estado de Comunicação e Articulação Política, filho de um velho amigo do Ministério Público, fundador da nossa Associação também, o então Promotor de Justiça, Aderson Lago. Os servidores do Ministério Público aqui presentes, na pessoa da minha Secretária Cíntia Mota. Ao nosso Deputado amigo Rafael Leitoa, líder do Governo nesta Casa. A Secretária de Estado da Mulher, Dra. Ana Mendonça do Gás. Doutor Marco Aurélio, que é o Deputado, líder do Bloco nesta



Casa. E para encerrar, porque acho que cometi um equívoco no início desta nominada não ter citado o grande Promotor de Justiça, Dr. Paulo Avelar, Diretor da Promotoria da capital, grande guerreiro e contribuidor nesta nossa Constituição. Viva os 30 anos da nossa Constituição Estadual! Viva a democracia! Viva o Ministério Público! Viva o cidadão! Muito obrigado a todos.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente Othelino, questão de ordem, deputado Wellington do Curso.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Wellington, pois não.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, V.Ex.^a inclusive já havia orientado com relação à inscrição. O procurador já tem um outro compromisso, mas desculpa a minha ousadia, peço permissão humildemente a V.Ex.^a, mas não podia deixar de registrar as minhas congratulações, na manhã de hoje, primeiro ao deputado Edivaldo Holanda pela sensibilidade na solenidade e também do projeto de lei e em dois momentos. Primeiro que o deputado Edivaldo Holanda foi agraciado por todos os deputados pelo respeito que ele tem nesta Casa de forma unânime, e o Ministério Público pelo respeito também que a Assembleia Legislativa cordialmente tem com o Ministério Público. Mas eu não poderia deixar de me pronunciar parabenizando o Ministério Público desde o seu procurador-geral, homens valorosos como o procurador-geral e muitos outros homens valorosos no Ministério Público. Se eu citar e esquecer alguém, que me perdoem, mas eu cito aqui Dr. Márcio Thadeu, cito aqui Dr. Paulo Avelar, cito a Dr.^a Sandra Elouf, cito Dr. Ronald, cito o Dr. Cutrim, homens valorosos não só na capital, mas no interior do estado, o Dr. Gustavo que está lá em Paraibano, Dr. Guilherme que está em Barreirinhas, homens e mulheres valorosos do Ministério Público. Eu falo isso, procurador-geral, porque, antes de ser deputado eu não tinha contato nenhum com o Ministério Público e aprendi a valorizar, respeitar, tanto a Defensoria Pública que hoje, do defensor Alberto, jovem defensor, e como o senhor como procurador-geral. Então a todos que estão na sessão de hoje, em nome do presidente Othelino, meu governador-presidente ou meu presidente-governador. Então presidente-governador que não é só na Tribuna. E falo isso a todos os promotores, a todos os procuradores pela forma como o presidente Othelino conduz esta Casa, de forma democrática, respeitando a Situação e respeitando a Oposição. Então em nome do presidente Othelino, em nome de todos os deputados, a Assembleia Legislativa de forma unânime concede essa homenagem ao Ministério Público. Na manhã de hoje estamos dizendo ao Ministério Público que nós respeitamos o Ministério Público e esta Casa está à disposição do Ministério Público. Muito obrigado, presidente, muito obrigado procurador-geral, que Deus abençoe a todos e continue abençoando a vida de cada um promotor deste estado do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO – Obrigado, deputado Wellington por sua saudação. Deputado Rafael, eu vi a luzinha vermelha do seu microfone, V. Ex.^a quer fazer alguma...

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA – V. Ex.^a, como sempre, muito atento. Presidente, eu só queria parabenizar todo o Ministério Público na pessoa do nosso procurador-geral Dr. Luiz Gonzaga, que já foi promotor na nossa cidade, na minha cidade. E parabenizar o deputado Edivaldo Holanda pela iniciativa, V. Ex.^a pela lei, pela sanção da lei na semana passada enquanto governador em exercício. Também dizer, Dr. Luiz Gonzaga, que estamos muito felizes, nós da cidade de Timom, porque na sexta-feira vamos inaugurar mais um prédio do Ministério Público, com a reforma, ampliação e que com certeza vai servir muito a sociedade, a esse Ministério Público que ajuda bastante a nossa cidade. Eu queria destacar na pessoa do Dr. Antônio Borges, que sempre tem um papel fundamental na área da saúde, do meio ambiente e do promotor Francisco Fernando, que hoje

é o diretor lá da Sede da Promotoria. E convidar, não sou o dono de festa, mas convidar o Presidente Othelino, se for possível fazer parte dessa grande solenidade que vai ser no município de Timon, um prédio bonito, imponente, assim como a nossa cidade merece. Parabéns, Dr. Luiz Gonzaga, pela sua gestão, tanto que foi reconduzido a conduzir por mais um mandato o nosso Ministério Público Estadual.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Rafael, eu fui convidado pelo Dr. Gonzaga para a inauguração da nova sede do Ministério Público na sua querida Timon e também para a inauguração lá na cidade de Codó, cidade do nosso querido deputado Zito, que só não está aqui presente nesta Sessão Solene porque faleceu uma pessoa que tem ligação pessoal e política com ele e ele se deslocou para Codó, mas vai estar amanhã na inauguração da nova sede do Ministério Público. Bom, ouvi atentamente as falas do Deputado Edivaldo Holanda, do Procurador Dr. Gonzaga, e para nós, Assembleia Legislativa, este momento aqui não é só uma Sessão Solene a mais para homenagear uma instituição. Alguém pode até se perguntar: por que a Assembleia, que é composta naturalmente pelos seus membros, os 42 deputados estaduais, além evidentemente dos outros servidores, por que homenagear o Ministério Público? Principalmente em um momento em que o país, no país se apresentam alguns, digamos, alguns litígios ou algumas demandas judiciais provocadas pelo Ministério Público. Primeiro, porque reconhecemos a importância do Ministério Público, da instituição do Ministério Público para a defesa dos interesses da sociedade. E o Ministério Público, ao cumprir com sua prerrogativa constitucional, contribui com todo o país. E aí trazendo para nosso querido Maranhão, esta Sessão Solene tem significados especiais porque o Maranhão dá alguns exemplos para o país. Nós vivemos um momento, digamos, estranho em nosso país, onde algumas vezes o estado democrático direito é ferido por palavras, por gestos, às vezes, figuras que têm por obrigação seguir a Constituição, por ser o até comandante maior da Nação, a ferem, agridem com palavras ou por via transversa utilizando terceiros. Nós acompanhamos pela imprensa que, neste fim de semana, deverá ter uma manifestação, e as manifestações são livres, seja para um lado ou para o outro, mas eu vi nas redes sociais que um dos pontos fortes das manifestações serão questionamentos como: “por que não fechar o Congresso Nacional, defendendo fechar o Congresso Nacional, defendendo fechar o Supremo Tribunal Federal”. Vejam só como nós vivemos um momento sensível. As pessoas não se apercebem da gravidade do que estão dizendo. Dr. Gonzaga disse em seu pronunciamento, já no final, como é importante preservar, quando fez referência à questão de que o Ministério Público não é adversário do político e nem quer sentar na cadeira do político. Como manter a democracia, como manter o estado democrático de direito sem os políticos, sem o Supremo Tribunal Federal, sem o Ministério Público livre, independente podendo exercer suas atribuições constitucionais. Este equilíbrio que o Maranhão tem é um exemplo para o Brasil, porque a volta para o caminho, onde se construa um país melhor, onde o país possa se desenvolver, possa gerar empregos, é parte disso, o encontro, o reencontro do equilíbrio institucional. Onde cada um respeite, respeitadas as suas prerrogativas, mas que as instituições consigam conviver de forma harmônica e quando se convive de forma harmônica não é nenhum favor, é simplesmente obedecer aquilo que está na Constituição do nosso país. Quando eu recebo a visita do Procurador-Geral de Justiça, ou quando eu visito o Ministério Público, na pessoa do Procurador-Geral de Justiça, assim como quando somos visitados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor-Geral de Justiça ou quando vou ao Tribunal, assim como a Defensoria Pública, que aqui está representada pelo seu Defensor-Geral, nós não estamos neste momento fazendo nada mais do que a nossa obrigação. Nós, enquanto Presidentes de Poder ou de Instituições, nós temos por obrigação dialogar com as outras instituições, estabelecer um diálogo franco, transparente, para que cada um possa cumprir com a sua obrigação. Isso não quer dizer quando nós temos uma relação pública harmônica, como é no caso o Maranhão, que uma instituição deixe de cumprir com suas obrigações. O Ministério Público manda as suas



requisições para a Assembleia Legislativa, como manda para o Poder Executivo, assim como o Poder Judiciário toma as suas decisões envolvendo o Executivo ou Legislativo, nem todas nos agradam, mas nós respeitamos e cumprimos as decisões. Então, Dr. Gonzaga, este momento simboliza isso, simboliza o respeito, simboliza a harmonia que o Maranhão mostra e evidencia para o Brasil que é possível e é necessário. Então eu quero, ao finalizar este pronunciamento, dizer que V.Exa. lidera com muita competência o Ministério Público estadual. E a forma como conduz tem conseguido muitos avanços naquilo que é o principal, que é defender os interesses da sociedade. E nisso inclui a proteção ao patrimônio público, a boa aplicação do recurso público. Quando V. Exa. anda pelo Maranhão em campanhas importantes, que vem andando pelo estado e buscando adesão dos agentes públicos seja vereadores ou prefeitos, essa é a forma mais eficiente de se preservar o patrimônio público. E faço referência a uma PEC agora que nós aprovamos recentemente por propostas. Essa PEC foi aprovada e ela foi. digamos assim. idealizada pelo Ministério Público Federal. que proíbe, por exemplo, o nome de pessoas vivas em equipamentos públicos. E até o Dr. Gonzaga lembra das outras PECs, a da transparência, a da transição democrática e também essa do nome de pessoas, na verdade, nós alteramos a Constituição apenas para reforçar o que já estava na Constituição Federal e que, infelizmente, historicamente, não era respeitado. Mas de alguns anos para cá já se vem fazendo isso e com a alteração da Constituição fortalece mais isso. E, principalmente, quando se faz alteração de algum equipamento público que ainda tenha nome de pessoa viva, como já está na Constituição não faz parecer que é algum tipo de represália por conta de diferenças políticas partidárias. Concluo minha fala, aliás, precisamos citar também a lei que aprovamos recentemente, que cria mecanismos para recuperação tributária, o que é fundamental principalmente no momento de crise como este, para se fazer justiça tributária e para se recuperar passivos tributários que poderiam ser perdidos e que fazem muita falta hoje, para que possam ser providas políticas públicas. Finalizo, dessa vez em definitivo, esse pronunciamento dizendo que o dia 15 de maio de 1967, me disse o doutor Gonzaga, foi a promulgação da Constituição muito marcante para o Ministério Público porque deixou de ser o procurador geral do Estado, que está aqui essa figura do procurador, que está aqui do meu lado, o chefe do Ministério Público, para ser o procurador-geral de Justiça. Vejamos, aquela época, em 1967, era uma época de trevas, era uma época em que o estado democrático de direito não estava sendo respeitado, mas, mesmo naquele momento de trevas, houve esse ponto positivo na Constituição do estado do Maranhão. Foi marcante e histórico para o Ministério Público. Eu tive a grata satisfação de, naqueles dois dias, como governador em exercício, sancionar esta que foi a primeira lei naquele dia de despacho que tive o prazer de sancionar. Viva o Brasil. Viva o Maranhão. Viva o Ministério Público e viva a harmonia entre os poderes e as demais instituições. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2019, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

DOUTOR YGLÉSIO – Presidente
ANTONIO PEREIRA
RILDO AMARAL
VENÍCIUS LOURO
WENDELL LAGES

PAUTA DA REUNIÃO:

PARECER Nº 002/2019 – Emitido ao Projeto de Lei nº 115/2019, que “ Institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado do Maranhão”.

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATOR: Deputado ANTONIO PEREIRA

PARECER Nº 003/2019 – Emitido ao Projeto de Lei nº 175/2019, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de Comunicação pelos Hospitais, Clínicas e Postos de Saúde que integram as Redes Pública e Privada do Estado do Maranhão ao Conselho Tutelar, aos pais ou responsáveis legais das ocorrências envolvendo embriaguez e/ou consumo de drogas por criança ou adolescente na forma que especifica.

DECISÃO: Parecer APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 23 de maio de 2019.

Valdenise Fernandes Dias
Secretária de Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA AOS 21 DIAS DO MAIO DO ANO DE 2019, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “WALDIR JORGE” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

CÉSAR PIRES – PRESIDENTE, em exercício

ANTÔNIO PEREIRA

WENDELL LAGES

DOUTOR YGLÉSIO (Suplente)

PAUTA DA REUNIÃO:

PARECER Nº 168/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 124/2019 – DISPÕE sobre o tráfego de veículos automotores na Rodovia MA-315, na forma que especifica.

AUTORIA: Deputado RIGO TELES

RELATORIA: Deputado ANTÔNIO PEREIRA

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 226/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 190/2019 – DISPÕE sobre a denominação do Parque Centenário do Município de Balsas-Ma.

AUTORIA: Deputada ANDRÉIA REZENDE

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 232/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 211/2019 – DISPÕE sobre as Diretrizes para o incentivo ao Desenvolvimento de Startups no Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: Pela PREJUDICABILIDADE, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 237/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 251/2018 – DISPÕE sobre a obrigatoriedade do curso de libras para agentes de trânsito no âmbito do Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputado VINÍCIUS LOURO

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.



PARECER Nº 244/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 225/2019 – DECLARA Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Maranhão o Festejo do Padroeiro São Raimundo Nonato, realizado no Município de Tuntum -Ma.

AUTORIA: Deputado FERNANDO PESSOA

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 246/2019 - Emitido à MOÇÃO Nº 007/2019 – APLAUSOS, ao escritor e Juiz de Direito Senhor JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA, em homenagem a colaboração pela obra de sua autoria “O Crime do Desembargador Pontes Visgheiro”.

AUTORIA: Deputada NETO EVANGELISTA

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 247/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 206/2019 – DISPÕE sobre isenção de cobrança de tarifa do transporte público municipal para pessoas em tratamento de hemodiálise.

AUTORIA: Deputado WELLINGTON DO CURSO

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 249/2019 - Emitido ao PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 037/2019 – INSTITUI a “Campanha de Doação Solidária de Sangue”, no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado EDIVALDO HOLANDA

RELATORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 250/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 196/2019 – INSTITUI a Política da Terceira Idade “Casa do Idoso” e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado LEONARDO SÁ

RELATORIA: Deputado WENDELL LAGES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 252/2019 - Emitido ao PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 003/2019 – DISPÕE sobre a legitimação da Iniciativa Popular para a Proposição de Emenda à Constituição do Estado do Maranhão.

AUTORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

RELATORIA: Deputado CÉSAR PIRES

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, na forma de SUBSTITUTIVO, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 257/2019 - Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 220/2019 – INSTITUI ao Estado do Maranhão “O Programa de Atenção às Vítimas de Estupro”, com objetivo de dar apoio e identificar provas periciais, e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado PARÁ FIGUEIREDO

RELATORIA: Deputado DOUTOR YGLÉSIO

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 23 de maio de 2019.

GLACIMAR MELO FERNANDES
Secretária da Comissão

ORDEM DE SERVIÇO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO n.º 06/2019, referente à Ata de Registro de Preços n.º 011/2019-ALEMA, Pregão

Presencial n.º 051/2018, Processo Administrativo n.º 4434/2018-ALEMA. **OBJETO:** Prestação de serviços de confecção de placas, totens e películas adesivas. **CONTRATADA:** Empresa NOVAGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA- EPP. CNPJ: 86.863.412/0001-70. **NOTA DE EMPENHO:** 2019NE000963 de 13/05/2019. **VALOR DO EMPENHO:** R\$ 11.595,15 (onze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quinze centavos). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura. **PRAZO DE GARANTIA:** 12 (doze) meses. **BASE LEGAL:** Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993 e Processo Administrativo n.º 2200/2019-ALEMA. **DATA DA ASSINATURA:** 20.05.2019. **ASSINATURAS:** CONTRATANTE - Assembleia Legislativa do Maranhão – André Maurício D. Ferreira-Fiscal do Contrato; Valney de Freitas Pereira- Diretor Geral; NOVAGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA- EPP. CNPJ n.º 86.863.412/0001-70- CONTRATADA. São Luís – MA, 23 de maio de 2019. TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa

CONTRATO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 23/2019-AL. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO e a Empresa F.S. AZEVEDO-ME, firmam entre si o presente Contrato de Fornecimento em decorrência do Processo Administrativo n.º 3887/2018, mediante Dispensa de Licitação. **OBJETO:** Aquisição de material permanente, na espécie lousa de vidro para a Creche Sementinha, da Assembleia Legislativa do Maranhão. **VALOR:** R\$ 10.975,00 (dez mil, novecentos e setenta e cinco reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101 - Assembleia Legislativa. Gestão: 00001- Gestão Geral; Função: 01- Legislativa; Subfunção: 031- Ação Legislativa; Programa: 0318- Gestão Legislativa; Ação: 4628- Atuação legislativa; Subação: 000011- Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (MANUTENÇÃO). Natureza de despesa: 44.90.52.19-Material Permanente não especificado; Fonte de Recursos: 01.01.000000 – Recursos Ordinários- Tesouro. Histórico: Aquisição de material permanente, na espécie lousa de vidro para atender as necessidades da Creche Escola Sementinha da ALEMA. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados da sua assinatura. **DATA DE ASSINATURA:** 13 de maio de 2019. **BASE LEGAL:** Lei 10.520/02, Lei n.º 8.666/93. **ASSINATURAS:** CONTRATANTE - Assembleia Legislativa do Maranhão – Deputado Othelino Nova Alves Neto - Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e Empresa F.S. AZEVEDO-ME, CNPJ n.º 29.017.840/0001-49 – CONTRATADA. São Luís (MA), 17 de maio de 2019. TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE DE CONTAS. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO e empresa BRASIL DE COMUNICAÇÃO-EBC. **OBJETO:** Pagamento à empresa contratada, do rateio do consumo da energia elétrica do transmissor da TV Assembleia, localizado no prédio da contratada, referente ao mês de MARÇO/2019, conforme atestado nos autos do Processo Administrativo n.º 1446/2019. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101-Assembleia Legislativa; Gestão: 00001- Gestão Geral; Função: 01- Legislativa; Subfunção: 031-Ação Legislativa; Programa: 0318- Gestão Legislativa; Ação: 4628- Atuação Legislativa; Subação: 000011- Atuação Legislativa no Estado do Maranhão; Natureza Despesa: 33.90.93.00- Indenizações e Restituições; Fonte de Recursos: 0.1.01.000000-Recursos Ordinários-Tesouro 0101000000. Observação: Despesas do consumo de energia elétrica de março de 2019 dos equipamentos de TV-ALEMA instalados no prédio da EBC- Empresa Brasil de Comunicação. **VALOR DO**

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.